



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL
BRASÍLIA/DF, 28 de NOVEMBRO de 2006.**

ATA DA REUNIÃO DO CONSEA

Às nove horas e cinquenta minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e seis, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília/DF, por convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a Reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004, **Está atualizado?**

PRESENTE: registrou-se a presença dos membros representantes da Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Alberto Ercílio Broch; Altemir Antonio Tortelli; Ana Lúcia Pereira; Ariovaldo Ramos dos Santos; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite; Carlos Roberto Faccina; Christiane Gasparini Araújo Costa; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce Terezinha Oliveira Cunha; Edmar Guariento Gadelha; Éldo Bonomo; Elza Maria Franco Braga; Francisco Menezes; José de Arimatéia Rodrigues França; Malaquias Batista Filho; Maria Emilia Pacheco; Naidison de Quintella Baptista; Padre Matias Martinho Lenz; Pastor Rolf Schürnemann; Pastor Sillas dos Santos Vieira; Pedro Makumbundu Kitoko; Regina da Silva Miranda; Renato Sérgio Maluf; Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares; Ubiraci Dantas de Oliveira; Aldenora Pereira da Silva; Celiana Barbosa Pereira; Wilson Mattos; André Roberto Spitz; Sheila Maria Assis Oliveira; Adriana Santos; Albaneide Peixinho; Gilson Alceu Bittencourt; Michelle Lessa de Oliveira; Valmor Schiochet; Sônia Lúcia dos Reis Alves; Roberto Vizentin; Jorge Luiz Carneiro de Macedo; Márcia Helena Carvalho Lopes; José Geraldo França Diniz; Romeu Olmar Klich; Silvana Parente; Pedro Berskow; Selvino Heck; Nildes de Oliveira Andrade; Flávio Luiz Scheik Valente; Meiry Andrea Borges David; Adriana Santos; Ana Flavia Rocha de Mello e Souza; Bianca Lazarini Cunha; Cláudia Maria Calorio; Demétrios Christofidis; Famarion Castro Alves de Vasconcelos; João Augusto Freitas; Luciana Cassiano Machado; Maria do Carmo de Jesus Botafogo; Marília Leão; Meiry Andréa Borges David; Onaur Ruano; Joana de Sordi; José Rogério Carvalho Tomaz Jr.; Maria Thereza C. Trevas; Rosane Nascimento; Roseane do Socorro Gonçalves Viana; Silvio Porto; Teresinha G. Maglia;

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS. Francisco Menezes - Presidente do Consea, inicia a Plenária, sauda a todos e informa que esta é a vigésima reunião ordinária do CONSEA. Propõe que a plenária seja dedicada a dois temas. O período da tarde para discussão do documento base e a programação da conferência. Na parte da manhã discutir a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

regulamentação da lei orgânica de segurança alimentar. Cumprimenta a Sra. Marcia Lopes, que está na condição de Ministra, já que o Ministro Patrus Ananias está na Espanha. Estende os cumprimentos a todos os presentes. Informa os desdobramentos sobre as propostas de emenda ao orçamento de 2007. Primeiro: Uma reunião com os representantes do MDS, onde se discutiu a proposta tendo como perspectiva de atuação junto ao congresso a fim de uma atuação conjunta. Em seguida informou que a emenda enviada para comissão dos direitos humanos da Câmara não foi aprovada e que será buscado outras formas de viabilizá-la. Disse ter conversado com a Senadora Ideli Salvati e que a mesma está interessada nas propostas do CONSEA, levando todo o pacote das emendas para analisar. Lembrou as emendas propostas e disse estar todos os pedidos no gabinete da Senadora Ideli. Outro informe foi de que o decreto de convocação da Terceira Conferência Nacional já foi assinado pelos Ministros Patrus Ananias e pelo Ministro Luiz Dulci e se encontra na Presidência da República. Passa a palavra para Ministra em exercício, Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, que cumprimenta os presentes. Informa que o Ministro Patrus Ananias está retornando hoje de Madri. Informa que o Brasil tem a presidência do Protempori do Mercosul Social que está sendo realizado um fórum em Foz do Iguaçu com participação de dez países e que o Brasil viabilizou a participação da sociedade civil desses países na reunião. Disse que um dos temas tratados é segurança alimentar e nutricional. Informou que o Consea estará recebendo o convite para o evento da Cúpula Nacional. Ressaltou o prêmio gestor eficiente da merenda escolar. Disse que estão fazendo discussões sobre o futuro do programa do bolsa família e que será distribuído um caderno de desenvolvimento social, com propostas de eixos e de princípios, falando da perspectiva de um grande programa interministerial. Disse já estar em curso a articulação com vários ministérios. O presidente Francisco Menezes toma a palavra agradece a Ministra Márcia e propõe que se complete a fase de informe. Convoca a Conselheira Sonia Lucia Lucena Sousa de Andrade para informar sobre a questão do beriberi no Maranhão. Aponta que em agosto ela trouxe o problema para o CONSEA. Esteve no Maranhão e constatou que o Ministério da Saúde já havia diagnosticado como falta de vitamina B1, sendo a primeira providência a distribuição dos medicamentos. No primeiro mês o Ministério mandou os medicamentos e até parte do segundo mês quando o governo do estado diz que assumiria a partir daquele ponto. Ficou surpresa quando fez visitas familiares e constatou que as famílias não estavam recebendo a medicação e que usavam o recurso da bolsa família para comprar os medicamentos comprometendo a alimentação familiar. Houve uma audiência pública que os gestores não compareceram e o governo do estado mandou um representante que se mostrou interessado mais que não tinha poder de decisão nem recursos. O relato das mães de dois rapazes que foram a óbito impressionou a todos presentes na audiência pública. Todos os



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

presentes na audiência pública não tinham gerencia direta a respeito do que estava ocorrendo. O CONSEA sugeriu a criação de uma comissão inter-institucional, que foi criada, sendo que já aconteceram duas reuniões. O Ministério da Saúde não vai esperar que o estado mande os medicamentos e ficará com a responsabilidade de fazer o acompanhamento e suprir toda vez que o medicamento faltar. Dias 07 e 08 está confirmada uma reunião em Imperatriz com a presença dos gestores, sendo que alguns já confirmaram a presença; os convites sairão do Ministério da Saúde e do CONSEA e o convite ao governador será feito pela Casa Civil. Acredita que desta reunião sairá uma estratégia para poder acompanhar as famílias; que o período é propenso a doença e que os casos podem voltar a ocorrer. Francisco Menezes – Presidente do CONSEA - passa a palavra para Flavio Valente, que fez um relatório dizendo que não se trata de um problema de saúde exclusivamente, mas um problema de alto grau de degradação ambiental ligado ao projeto Carajás e que a região vem sendo destruída pela produção de carvão. Que não se resolve o problema se não tratar da sua estrutura, mesmo sendo a médio e longo prazo. Diz ser o problema gravíssimo já que o sistema de saúde lá não funciona. Acredita ter milhares de pessoas em risco. O presidente do CONSEA toma a palavra e coloca que a Conselheira Sonia estará levando para reunião interministerial a solicitação da presença do Ministério do Meio Ambiente, com alerta para degradação do meio-ambiente. Em seguida passa a palavra para Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, que disse ter recebido e lido o relatório e que o grupo interministerial já está formado; que as providências já foram tomadas. inclusive com a Secretaria Estadual. O Presidente do CONSEA Francisco Menezes passa a palavra para o Conselheiro Malaquias, que diz que é o terceiro surto de beriberi e que são sempre causados em momentos em que as condições de vida da população, por alguma variável, sofre mudanças radicais. O presidente agradece a intervenção do Conselheiro Malaquias e passa a palavra para o Conselheiro Padre Matias, que cumprimenta os presentes e pede a Ministra em exercício, Márcia Lopes, que faça chegar as mãos do Ministro titular Patrus Ananias o documento de compromisso da quarta semana social brasileira, que a CNBB apóia a luta pela segurança e soberania alimentar no Brasil. O segundo informe é sobre uma versão preliminar de um programa nacional de fundos solidários; que é membro do comitê gestor de um programa de apoio a fundos solidários rotativos, criados no ano de 2005 e 2006 em parceria com o Governo Federal para apoiar e financiar projetos de economia solidária do Nordeste. O programa visa a autonomia das populações em situação de risco, muitas destas pessoas são receptoras dos programas do governo e o objetivo é da proposta é incentivar essas pessoas a torna-se produtivas. Na primeira chamada dos cinquenta projetos foram financiados dezessete receberam de R\$ 90.000,00 a R\$ 100.000,00. O grupo que recebe se compromete a doação voluntária de uma parcela



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

daquilo que ele gera para que o fundo possa ser realimentado e assim continuar a fomentar e apoiar o próprio grupo e incluir outras pessoas. A proposta é estender essa experiência a nível nacional incorporando outras entidades que trabalham com fundos solidários. São populações que estão saindo da condição de dependência e a idéia é ampliar e também criar um fundo nacional de economia solidária conseguindo fundos com a colaboração de bancos oficiais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. Todos foram convidados a participar de um seminário que se realizará em fevereiro. Acredita ser a iniciativa muito produtiva e construtiva para a cidadania. O presidente Francisco Menezes agradece e evidencia que tem o interesse de colocar na próxima plenária este tema para ser discutido. Passa a palavra para o Conselheiro Roberto que informar que, por iniciativa da Secretária Silvana Parentes do MI, foi criado um programa de micro finanças. Inclusive para estes fundos que movimentam volumes significativos de recursos e existe uma orientação política estratégica no caso do FCO de aplicar 51% dos recursos em mini e pequenos investimentos, mais não se tem nenhum mecanismo que assegurem estas iniciativas. A nomenclatura lá chama-se micro finanças mais dialoga com essa questão do micro crédito e estão formatando esses programas, é um dos eixos estruturantes para orientação desses programas para promoção da segurança alimentar e associada a gestão ambiental. O presidente do CONSEA Francisco Menezes agradece ao Conselheiro Roberto e coloca que no final da plenária terá uma nova fase de informes. Solicitou ao Sr. Aloisio que fizesse uma apresentação da proposta de regulamentação do CONSEA . Explanou sobre a iniciativa de regulamentação da Losan. Aponta que o Ministro Patrus Ananias tem sido interlocutor dos assuntos pertinentes do CONSEA e solicita a Ministra em exercício - Márcia Lopes - para marcar com o Ministro Patrus a discussão da proposta. Em seguida passa a palavra para o Sr. Aloísio, que coloca que existem dois grandes momentos para regulamentação da Losan. Primeiro, a revisão do decreto 5079 de 12 de maio de 2004 e a regulamentação da Câmara Interministerial. Segundo, a médio prazo, a regulamentação do que vier depois da conferência. Passada a conferência se terá mais subsídios, orientações, diretrizes para regulamentar a lei em relação ao sistema, a política a ao plano nacional de segurança alimentar e nutricional. Na proposta de regulamentação do CONSEA, revisando o decreto 5079, o primeiro ponto seria as atribuições do CONSEA. A Losan fala que devem ser instituídos mecanismos permanentes de articulação com os congêneres do CONSEA em estados e municípios. A proposta é de se criar um fórum permanente, que os presidentes de CONSEAs escolham uma coordenação desse fórum e que este coordenador tenha assento como observador nas plenárias do CONSEA. É uma proposta associada a uma questão que está indo para Conferência. O que está aqui no decreto tem de estar de certa forma pensando no que vai ser proposto para



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

conferência. O artigo segundo propõe que se tenha uma referência no decreto em relação ao total de conselheiros que compõem o CONSEA. São 60 conselheiros, 40 da sociedade civil e 20 governamentais que é quase o mesmo número que se tem hoje que é: 20 da sociedade civil e 17 governamentais. A composição dos representantes governamentais inclui o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Relações Exteriores, ambos atualmente observadores. A proposta. Sugeriu incluir o Conselho Nacional de Economia Solidária e Organização Pan-americana de Saúde(OPAS) como observadores. Destacou um terceiro ponto que teria haver com a conferência. Disse que a lei estipula que a conferência aprove os critérios de composição do CONSEA e o decreto deve estar integrado a isto. Sugere que seja constituída antes da própria conferência uma comissão, de caráter paritário, com até seis membros, garantindo a participação do Presidente e do Secretário do CONSEA. A comissão teria 45 dias após a conferência para apresentar ao Presidente da República a proposta da nova composição do CONSEA. A proposta seria avaliada pelo Presidente e aí sim sairia a nomeação dos Conselheiros. A escolha do presidente do CONSEA também não está definida. A idéia é a seguinte: é feita uma reunião convocada pelo Secretário do CONSEA, que já está definido porque é governamental, e nessa primeira reunião é feita a escolha pelos Conselheiros do Presidente do CONSEA por votação, por maioria simples. Esta escolha seria colocada ao Presidente da República que nomearia o Presidente do CONSEA. Ressaltou outro ponto sobre o Secretário do CONSEA, que constava da proposta de Losan aprovada aqui, mas não ficou na lei por avaliação da Casa Civil, e que seria objeto de regulamentação. A proposta de que o Secretário do CONSEA seja o Ministro do Desenvolvimento Social de Combate a Fome. Disse também ter acrescentado que o Secretário do CONSEA seria também o Coordenador da Câmara interministerial. Os outros dois pontos finais seriam a sugestão de que todas as instâncias sejam chamadas de Câmaras Temáticas. Citou a proposta colocada de que o Presidente do CONSEA possa convocar as câmaras temáticas e grupos de trabalho para avaliar, planejar e que de fato funcionassem como um colegiado de coordenação das atividades do Conselho. Por fim colocou que seja estruturada uma secretaria executiva do CONSEA, com cargos nominados e funções designadas. O Presidente Francisco Menezes e sugere que se faça uma discussão por bloco sobre o primeiro ponto: as atribuições do CONSEA. Em seguida passa a palavra para o Conselheiro Flávio Valente, que ressalta que a lei estabelece a criação do sistema para assegurar o direito a uma alimentação adequada. No texto do decreto não aparece em nenhum momento nenhuma das dimensões especificadas de promoção, monitoramento e exigibilidade do direito. Entende que o CONSEA deve assumir como atribuição sua fazer com que os mecanismos da exigibilidade sejam instituídos e que funcionem. O Presidente do CONSEA aponta a necessidade de que a proposta do



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselheiro Flavio apareça na regulamentação. Passa a palavra para o Conselheiro Ariovaldo, que sugere que o Ministério da Justiça se faça representar no conselho em função da Funai. O presidente Francisco Menezes diz ser mais apropriado pedir a presença da Funai – Ministério da Justiça. Em seguida passa a palavra para Ministra Márcia Lopes que propõe um encaminhamento: a representação governamental seria composta ou instituída pelos seguintes órgãos da administração federal - Ministérios e não Ministros. Coloca ser impossível que o conjunto dos ministros sejam conselheiros. Se posiciona que há responsabilidade de nomeação, de indicação dos seus titulares e dos seus suplentes. Diz que o CONSEA está vivendo um momento de transição, que uma coisa é ser um órgão de assessoramento do presidente e agora, com a Losan, se está construindo um sistema nacional, uma política nacional que vai dialogar com outras esferas do governo. Afirma ser uma transição para outro patamar. Pergunta: qual a lógica que o conselho pensa como representação? Permanece como nomes de pessoas que representam sempre alguma entidade ou se o conselho é formado por um conjunto de entidades representativas da Sociedade Civil nomeando e indicando seus representantes? Rosane diz estar sentindo falta no documento dos critérios gerais para as escolhas de representantes. Que está apenas especificada a questão da representação dos gestores e dos convidados e não da Sociedade Civil. O presidente Francisco Menezes toma a palavra e esclarece que os critérios serão definidos na conferência e não poderiam antecipar no decreto colocando estes critérios. O presidente do CONSEA Francisco Menezes passa a palavra para a Conselheira Aldenora Pereira da Silva, que revela ter sentido falta, pelo menos como convidada, da Anvisa. O Conselheiro Carlos coloca a importância de se manter a escolha dos conselheiros da maneira que é feita atualmente. O presidente Francisco Menezes retoma a palavra e passa para o Conselheiro Alberto Broch, que sugere que as entidades indiquem as pessoas com maior representatividade política, porque acredita dar mais consistência do que pessoas, mas o critério de pessoas, especialistas, não pode ser descartado. O presidente do CONSEA retoma a palavra e lembra ao conselheiro que o decreto faz uma referência geral e passa a palavra para o Conselheiro Arimatéia, que sugere a nomeação dos convidados e que o CODEFAT deveria ser um dos convidados. O conselheiro Adriano dos Santos Martins coloca que se está antecipando uma discussão que é da conferência, lembra que a Ministra Márcia Lopes fez as perguntas fundamentais. O Presidente Francisco Menezes passa a palavra para a Conselheira Sônia Alves que sugere convidar a Organização Pan americana de Saúde para integrar os convidados e abrir espaços para as universidades. O Conselheiro Omar toma a palavra e coloca que a representação da Sociedade Civil tem de ter caráter institucional e não quanto a pessoa física e acha que o artigo V contempla os especialistas e experts que podem ser convidados permanentes. Sugere uma representação da Câmara dos Deputados,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

que tem a comissão de direitos humanos e acha importante a participação do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana como convidado ou como membro. Coloca a importância da participação do Ministério Público. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e coloca para o conselheiro Omar que irá incorporar as propostas se não houver nenhuma posição contrária. Levanta a questão do caráter institucional dos conselheiros abordada pelo Conselheiro Omar, onde coloca as pessoas de notório saber no tema como convidado a participarem das estâncias ou da plenária, mais não como conselheiros. É um ponto que precisará ser resolvidos em algum momento. Agradece o Conselheiro Omar e passa a palavra para Michelle Lessa do Ministério da Saúde que reforça a entrada da OPAS como convidado permanente e passa a palavra para a Conselheira Elza Maria Braga que adere a sugestão da participação das universidades que a Andifes representa as universidades públicas federais como observador. O Conselheiro BIRA toma a palavra e se posiciona a favor de uma conversa entre o Presidente do CONSEA, setores da Sociedade Civil e governo para quando chegar na conferência existir uma posição consensual e que esta discussão não seja o centro da conferência. Para não correr o risco de ficar em segundo plano. Que é a favor de ter pessoas que não tenham e nem estejam em entidades. Que seja misto como colocou o Presidente do CONSEA. Acredita chegar na conferência visando a questão central que é a política e o sistema. O presidente Francisco Menezes toma a palavra e passa para o Conselheiro CAê que diz estar preocupado com a fala do companheiro da Secretaria de Direitos Humanos sobre a questão com a entrada de representantes na Câmara dos Deputados acreditar poder estar misturando o caráter do conselho. Diz que sua questão está em cima da composição da representação da Sociedade Civil. Coloca que foi um avanço a proposta de dar significado a representação dos conselhos estaduais. Acha muito importante ter um foro ou uma comissão de presidente de conselho. Acredita que o CONSEA terá uma proposta para apresentar os critérios de representação da Sociedade Civil ressalta a importância da ASA e do GTA como rede de articulação. Passa a palavra para o Presidente Francisco Menezes agradece e lembra que o tema será retomado na discussão do documento. Em seguida passa a palavra para o Conselheiro Flávio Valente que defende a participação do Ministério da Saúde nas várias comissões ou câmaras por sua importância na prevenção e combate as doenças diz não saber como efetivar esta atuação. Sugere como atribuição do CONSEA manter reuniões periódicas com os outros conselhos que são parte do Sesan que deve estar no texto da lei. Passa a palavra para Conselheira Ana Lucia entende ser fundamental manter o nome do Ministro se não puder vir ele mande um representante e tendo o Ministro da maior peso ao Conselho. Defende a representação por entidade. Entende a representação étnica racial como uma questão a ser discutida. Diz ser preciso respeitar a questão regional e avançar mais sobre o tema e que



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

sempre tem maior representação do sudeste. O presidente Francisco Menezes passa a palavra para o Conselheiro Lelinho pela importância da rede nacional de alimentação escolar que representa 22% da população acha importante ter uma representação dessa rede como convidado permanente no CONSEA. Defende a participação das universidades nos Conselho como componente permanente para que ela leve para dentro da instituição as discussões de projetos, mais também a discussão da introdução dessa temática nas diversas formações da graduação e da pós-graduação. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e evidencia que existe um grande número de inclusão e que é necessário fazer uma revisão sobre a lista que se tem hoje. Propõe consultar as instituições sobre o interesse da participação para não ter no decreto um número grande de observadores oficiais e depois eles não estarem presentes, entende não ser uma boa solução. Em seguida passa a palavra o Conselheiro Demetrios Christofidis propõe a inclusão da Conama através do Ibama como convidado. É a favor da inclusão da Funasa. Diz ter dúvidas no artigo IV onde o Ministro do Estado de Desenvolvimento Social e Combate a Fome é o secretário e que parágrafo III ele é também o coordenador de uma câmara interministerial que acha difícil isso acontecer. O presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que a Ministra Márcia Lopes irá esclarecer este ponto e passa a palavra para o Conselheiro Ariovaldo dos Santos coloca que sendo os ministérios uma questão política de governo e eles são nomeados a cada mandato entende ser necessário garantir que o equivalente do corpo de Ministérios cuide dessa área, porque pode vir um governo que tenha mais uma visão de combate a fome. Coloca a necessidade de pensar em algo que forçasse a questão para sempre ter um secretário do CONSEA. Não só a nomenclatura como o escopo dos Ministérios mudam de governo para governo. O presidente Francisco Menezes toma a palavra e coloca que se está no ponto da regulamentação e passa a palavra para o Conselheiro Valmor Schiochet. Este acha que o decreto não sai até o final de 2006, terá de esperar um pouco, já que será necessário dialogar com poder executivo a respeito da constituição. Sendo os representantes do governo os responsáveis por esse conjunto de políticas que estão aqui. Entende ser uma diretriz importante para sair hoje. Já que se está definindo os convidados e estes dependem do critério dos participantes do conselho que será definido na conferência propõe que se tenha uma abertura no decreto para esta questão. Sugere que seja feita uma revisão na lista de convidados para que se possa incorporar o máximo possível de conselhos que dizem respeito ao conjunto de políticas que são importantes. Coloca que o interessante é ter com clareza um conjunto de políticas que a segurança alimentar efetivamente quer dialogar e a partir definir o decreto. Agradece e passa a palavra para o Presidente Francisco Menezes e esclarece ao Conselheiro Valmor que se tem interesse em fazer uma regulamentação rápida e que não



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

necessariamente precisa ser antes do final do ano. Disse ainda que alguns pontos do decreto contribuem para que a conferência não seja obrigada a tomar determinados temas, como colocou o Conselheiro Bira da ameaça a conferência desviar o tema dela. Enfatiza que determinada regulamentação é possível fazer uma revisão sobre o decreto. Em seguida passa a palavra para Ministra Márcia Lopes retoma o tema do artigo IV sobre a questão da coordenação da câmara interministerial, acha ser uma matéria muito inicial em termos de governo e fundamental que se possa discutir aqui. Em relação aos convidados coloca que em princípio todo conselho é público e aberto. A partir do momento que se tem uma agenda o conselho é aberto. Acha importante manter o capte do ativo como está e o CONSEA ter um banco de convidados e de acordo com a pauta seriam convidados os de maior importância. Não interessa convidar 50 ou 60 entidades e elas não comparecerem. O presidente Francisco Menezes toma a palavra e pede que informe os passos no sentido da regulamentação da câmara interministerial. A Ministra Márcia Lopes coloca que se passaram dois meses das eleições e agora é preciso concluir este ciclo e os números de eventos de cada ministério está muito grande mas já existe um esboço de propósito da câmara interministerial já sendo agendados uma reunião com os membros do governo. E prevê que isso ocorra até o final do ano. O presidente do CONSEA Francisco Menezes toma a palavra e coloca que será necessário uma regulamentação simultânea à medida que a definição em uma influi na regulamentação da outra. Disse ter antecipado a discussão por ser esta a última plenária do ano. Em seguida passa a palavra para Conselheira Lúcia Lucena acha fundamental a discussão da participação do Ministério aqui no CONSEA. Diz ver claramente as pessoas sugerirem a Avisa e todas são ligadas a Ministérios, diz ver também a uma interpretação equivocada por parte de alguns ministérios do que é a segurança alimentar. Disse que na concepção do Ministério da Educação segurança alimentar é o problema da alimentação escolar, no Ministério da Saúde, segurança alimentar é a CGPAN disse de ser retirado de dentro CGPAN e criar uma outra coordenaria e está não está presente no CONSEA . Sugere que cada Ministro deve definir quem são os atores que devem estar aqui presentes. A Ministra Márcia Lopes toma a palavra e coloca ser impossível um Ministro permanecer o dia todo. O Ministro ser convidado para debater não há dúvida. Diz concordar com a Conselheira Sonia quando se estabelece a participação do Ministério o Ministro tem a responsabilidade de discutir ou ele indica um técnico, um secretário executivo até para ter um grupo permanente para não ter rotatividade. Para quem venha do governo participe de todas as reuniões. Diz que será debatido na reunião com Ministro. Sugere uma reunião no CONSEA com os Ministros até para apresentar o estágio do trabalho. Coloca que a indicação deve ser de um grupo permanente. O Presidente Francisco Menezes relata que terminaram esse ponto e que o conjunto de questões foram incorporadas e serão observadas no texto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

do decreto. Propôs uma votação sobre a questão do conselheiro da Sociedade Civil ser de entidades sem os Conselheiros de notório saber. Existe uma manifestação de preservar a forma mista como é hoje e esta no texto do decreto. O Conselheiro Arimatéia toma a palavra e diz estar claro a todos e o seu temor é na mudança de governo se ter um Conselho que na visão do governante é uma pessoa de notório saber e na verdade inviabiliza os trabalhos do conselho. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que não abrirá para o debate e tentará resolver para não comprometer outros pontos. O Conselheiro Arimatéia se posiciona que se tivesse apenas entidades. O presidente Francisco Menezes passa a palavra para o Conselheiro Aloisio Melo diz que é válida a presença dos especialistas e está prevista na proposta que será discutida a tarde. Embora sabe que a manifestação majoritária, não altera o mecanismo de nomeação prevista no decreto. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que todos estão de acordo, o Conselheiro Pastor Silas diz que não e que pediu a palavra e coloca que o conselho são de controle social, com participação da Sociedade Civil e a participação é por uma representação para ser mais legítimo. Coloca que o especialista tem um papel importante na assessoria e se posiciona em manter a representatividade ou representação da Sociedade Civil via institucional. O Presidente do CONSEA diz que levará a discussão para a parte da tarde. Disse não ter nenhum comentário do Artigo III e passou a ler. O Conselheiro Pastor Silas toma a palavra e disse ser 7 membros da Sociedade Civil a proposta aprovada na subcomissão para trabalhar nesse processo. O Presidente Francisco Menezes retoma a palavra e diz que o Conselheiro Silas está colocando uma alteração na forma como estava previsto inicialmente. O Conselheiro Aloisio explana a forma como será a elaboração da proposta pela comissão, que terá entidades e também especialistas. Ela irá elaborar uma proposta de composição que vai ser submetida ao Presidente da República sendo 6 membros, metade da Sociedade Civil e metade do Governo. O que eles estão propondo é que sejam 7 membros exclusivamente da Sociedade Civil, porque vão escolher representantes da Sociedade Civil. Finaliza dizendo ser esta a proposta. O Conselheiro Adriano dos Santos toma a palavra e pondera que tem simpatia a proposta da subcomissão mais tem uma questão a ser considerada a exclusão do governo pode gerar conflitos sugere que sejam 2/3 da Sociedade Civil e 1/3 do governo e esta comissão fosse o espaço para o fechamento do acordo. O Conselheiro Ariovaldo se posiciona concordando com o Conselheiro Adriano e passa a palavra para a Conselheira Albaneide Peixinho diz que primeiro deveria se discutir a temática e não concorda que um grupo pequeno decida os nomes que irão para o conselho. Propõe que a discussão dos nomes seja feita a tarde com mais profundidade a sobre a questão. O Presidente Francisco Menezes retoma a palavra afirma que esta é a idéia e será discutido diretamente na parte da tarde. O Presidente volta a abordar a questão da proposta da subcomissão que tem 7 participantes da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Sociedade Civil e tem a proposta dos 2/3. Passa a palavra para o Conselheiro Edmar Guariento se posiciona com a proposta de seis e três pergunta: onde a comissão é eleita? O Presidente Francisco Menezes responde que está previsto no decreto. Aborda o a questão da escolha do Presidente do CONSEA é aprovada o texto da proposta. Sobre o Secretário do CONSEA o Conselheiro Demetrio colocou uma proposta que se revisse esse texto. Será feito a partir da reunião de governo e o que se decida em relação a regulamentação da câmara interministerial e se faça uma revisão sobre esse parágrafo que a Ministra Márcia estará levando. Passou a abordar sobre a denominação das estâncias que passariam a ser chamadas Câmaras Temáticas resolvendo assim os problemas de confusões de interpretação de hierarquia. Continua existindo os grupos de trabalhos que poderão ser chamadas pelas câmaras temáticas ou constituídas pelo próprio plenário do CONSEA. A proposta de que o Presidente do CONSEA se reúna com os coordenadores das câmaras e grupos de trabalho visando integrar a atuação dessas câmaras bem como planejar e avaliar as atividades do CONSEA fazendo isso constar no decreto. Em seguida passa a palavra para o Conselheiro Valmor Schiochet que pede um esclarecimento O que se entende por maioria simples? Recebe como resposta que é maioria absoluta. O Conselheiro Adriano dos Santos diz ter dúvida se é 50% mais um e tem como resposta que é maioria absoluta. Continua e prevê uma eleição: se alguém não conseguiu dois terços da votação e lembrando que podem aparecer vários candidatos, candidatas porque não deu tempo ainda de ir construindo esses consensos, talvez prevê eleição em dois turnos, acho que teria que pensar aqui no decreto como é que você faz isso. Membro não identificado, revela: Regimento eleitoral. Adriano dos Santos Martins, evidencia se é seguro isso, que não é 50% mais um na primeira votação. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que a idéia não foi nominada corretamente agradece aos Conselheiros Valmor e Adriano por terem chamado a atenção e completa que a idéia é que havendo quorum do novo conselho fosse então a maioria de votantes presentes. Um membro não identificado diz que então não é maioria absoluta e sim maioria simples. O Presidente do CONSEA propõe uma discussão para que seja maioria absoluta. O Conselheiro Adriano dos Santos coloca que tem de ter mais de 2/3 nem que tivesse fazer em dois turnos para não correr o risco de se ter um Presidente do Conselho com poucos votos para presidir o Conselho em dois anos. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz ter uma proposta que é a maioria absoluta em dois turnos O Conselheiro Adriano concorda. O Conselheiro Valmor Schiochet toma a palavra e esclarece que a votação será pelo plenário do Conselho com 60 representantes, podendo os membros da Sociedade Civil, submeter a este plenário 3 candidaturas o que torna possível que o Presidente eleito por maioria simples tenha 34% dos votos. Se a proposta for maioria absoluta, os dois mais votados vão para o segundo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

turno ou para uma nova votação, sendo a regra o segundo turno e aquele que receber maior número de votos será o Presidente. Esclarece que isto é diferente do que o Conselheiro Adriano colocou, disse ele estar propondo uma regra mais qualificada. Teria de uma sessão aqui de acordo, as negociações antes para que haja convencimento que dois terços votasse em um único candidato. Se posiciona em estabelecer a regra como maioria de 50% mais um e se necessário a escolha de segundo turno entre os dois mais votados no primeiro turno. O Conselheiro Ariovaldo Ramso toma a palavra e afirma ser a sua proposta de maioria absoluta de 50% mais um em dois turnos que é a cultura do Brasil. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que precisa chegar a um ponto comum antes da votação. Passando a palavra para o Conselheiro Pastor Silas Vieira, este explana a proposta do Conselheiro Ariovaldo entendendo que o conselho tem sessenta membros entendemos que a maioria absoluta e a metade mais um que seriam trinta e um votos. Se o candidato obter esta votação está eleito no primeiro turno e isto está claro. Caso não alcançasse a maioria absoluta no primeiro turno os dois mais votados iriam para segunda votação e aí quem tiver mais votos está eleito. Podia ter abstenção cita um exemplo: Vinte deixaram de votar os outros dois teriam quarenta votantes, um teria vinte e cinco e o outro quinze, não alcançou a maioria absoluta mais obteve o maior número de votos estaria eleito. Não constaria mais a maioria absoluta. Apenas na primeira votação seria maioria absoluta. O Conselheiro Carlos toma a palavra e coloca que há uma tendência de Sociedade Civil e uma parte de notório saber. Opina que o primeiro objetivo é assessorar o Presidente da República. Uma pessoa que tem sessenta milhões de votos pode escolher o Presidente do CONSEA por uma razão básica o principal objetivo é assessorar o Presidente da República e ele precisa ter a liberdade de escolher entre os representantes da Sociedade Civil uma pessoa que ele tenha afinidade. Acha que se está exagerando neste processo. O Presidente Francisco Menezes é uma posição e que durante o processo de discussão do projeto de lei não era uma posição majoritária e a lei prevê que a indicação será designada em plenário. Observou que a proposta do Conselheiro Ariovaldo apresentou a partir das intervenções dos Conselheiros Valmor, Adriano e Silas foi a de melhor acolhida em seguida passa a palavra para Ministra Márcia Lopes que concorda e o Presidente do CONSEA coloca que está resolvido esse ponto. Passa a abordar as estâncias passando a palavra para Ministra Márcia Lopes que gostaria de saber como tem sido a composição das Câmaras Temáticas no diz respeito a proporcionalidade de Governo e Sociedade Civil. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e coloca que não há proporcionalidade que os representantes da Sociedade Civil e do Governo se alocam nas diversas câmaras conforme suas áreas de interesse. A Ministra Márcia Lopes toma a palavra e questiona se não seria o caso de pensar em manter uma proporcionalidade para garantir



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

a participação de dois terços que o Presidente do CONSEA discorda argumentando que pelo caráter de desenvolverem estudos pode haver necessidade de variações. Lembrando que o conselho se reserva o direito de convidar pessoas do governo e da Sociedade Civil que não são conselheiros para contribuir com os trabalhos. A Ministra Márcia Lopes pergunta ao Presidente do CONSEA se há câmaras sem a presença do governo e o Presidente Francisco Menezes responde que a princípio não mais tem ocorrido ausências. A Ministra Márcia Lopes coloca que sua posição é do Governo no sentido de cobrar que o Governo de fato participe. O Presidente do CONSEA retoma a palavra e diz ser esta uma questão ser trabalhada no Governo. Passa a bordar o tema sobre a Secretaria Executiva do CONSEA que se pretende criar como parte da estrutura organizacional da Presidência da República. Que acaba com a necessidade do MDS conceder cargos da sua estrutura e as atribuições da secretaria do presidente e do secretário do CONSEA estão no texto. O Conselheiro Ariovaldo toma a palavra perguntando ao Presidente em que orçamento será locada e se teria de ser colocado na proposição o Presidente Francisco Menezes responde que será locada no orçamento da Presidência e que já está no texto do decreto. A Ministra Márcia Lopes toma a palavra e coloca que a discussão afeta o governo e são duas coisas, uma é garantir a Secretaria Executiva do Conselho com estrutura e a outra é a quem ela estará ligada. Vê como um debate importante para o governo que terá de encaminhar e que remete a discussão da câmara interministerial e diz que será encaminhado e passa a palavra para o Conselheiro José Geraldo este sugere: já que o CONSEA terá uma estrutura própria e o orçamento ficará na Presidência da República que se tenha uma ação específica do tipo de funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e o Presidente Francisco Menezes intervém informando que já existe na Presidência. E dá o ponto como resolvido. Em seguida passa a palavra para o Conselheiro Adriano se posiciona contrário ao artigo I que prevê duas reuniões ordinárias e entende que deveriam ser previstas três: uma no início do ano, outra no meio e outra no final e extraordinariamente quando necessário. Duas reuniões é como admitir que o foro não têm dinâmica. O Presidente Francisco Menezes põe para decisão dos presentes que aceitam. Passa a abordar a proposta da regulamentação do CONSEA, explana que o CONSEA é um órgão do Governo com representantes da Sociedade Civil que a regulamentação vai agora aguardar essa discussão, passar pelas devidas revisões da Casa Civil até ser promulgado o decreto. Disse que manterá os conselheiros informados. Coloca que a pauta ainda falta três pontos a discussão do documento base, a programação e a dinâmica da conferência e ainda há um encaminhamento de estâncias. E está no horário do almoço mas a plenária opta por seguir adiante. Aborda o informe das estâncias. Câmara Temática 1 fica para ser apresentada a tarde, Câmara Temática 2, a Conselheira Sônia Lucena explana o que foi discutido e informa que



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

já foi entregue ao Conselheiro Renato às nove horas da manhã. O Presidente chama a Câmara Temática 3 e o Conselheiro Wilson Matos diz a ter sido passado pela manhã. O Presidente pergunta se a Comissão permanente 2 está preparando o documento para ser apresentado a tarde e recebe uma resposta afirmativa. O Presidente Francisco Menezes pergunta se a Comissão de Mobilização da Relação com os Estados tem alguma manifestação afora do que será apresentada a tarde em relação ao documento base e a programação. O Conselheiro Pastor Silas Vieira toma a palavra e relata que a comissão permanente 3 e 4 que se reuniram ontem só trataram do documento base. Que pela manhã houve uma reunião coordenada pelo Conselheiro Edmar tem alguns encaminhamentos. O Presidente intervém dizendo que participou da reunião e diz ficar para tarde os encaminhamentos. O presidente continua perguntando sobre o direito humano a alimentação adequada se existe alguma manifestação. Recebe como resposta só o documento base. Passa a palavra para o Conselheiro Ariovaldo para este dê um informe que surgiu na reunião da FAO sobre direito humano a alimentação. O Conselheiro Ariovaldo informou que na 32ª Conferência da FAO, houve um convite para que fosse apresentado a nossa metodologia de monitoramento de políticas públicas em termos direto a uma alimentação adequada, produzido por Tais Francisqui e foi recebido de maneira efusiva pelos membros da FAO e algumas nações como a Espanha e o Peru pediram para fosse encaminhada a metodologia para que conhecessem. O Conselheiro Pastor Silas Vieira toma a palavra dizendo ser um abaixo assinado que será deixado para quem quiser apoiar, onde o cabeçalho diz: Defesa dos indígenas, quilombolas e camponeses do Espírito Santo. Nós do abaixo assinado declaramos apoio demarcação das terras indígenas, tupiniquim e guarani, e das terras quilombolas invadidas pela Aracruz Celulose a reforma agrária, a cultura camponesa e a preservação do meio ambiente no Estado do Espírito Santo, rejeitando modelo de desenvolvimento e grandes projetos industriais e do agro negócio, predatórios prudente, vamos dizer por empresariar cursos nacionais e estrangeiros sustentado pelo estado. Queremos uma sociedade que respeite as culturas indígenas, quilombolas e camponeses e um estado que repare os direitos específicos dessas comunidades, para que sejamos uma nação justa e igualitária, e que priorize outros projetos de desenvolvimento possíveis, repudiamos a campanha difamatória e racista que a empresa Aracruz Celulose e seus apoiadores, sobretudo empresas e mídias tem realizado contra as comunidades indígenas, então vitória para todos, novembro de 2006. A Conselheira Meire Andréia toma a palavra e informa que está sendo redistribuída a lista do talher porque as que estavam na pasta continham erros. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e passa para o Conselheiro Arimatéia informa que o Senador Efrain Moraes apresentou projeto para um décimo terceiro para o bolsa família que é contra está posição porque muda o que se quer do programa. Completa



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ainda que o senador é contrário ao programa e não conhece o Conselho de Segurança Alimentar e entende que o Conselho tem de se posicionar diante da proposta do senador que considera oportunista. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e informa que a Ministra Márcia Lopes falará sobre o assunto e depois se tira uma posição. Em seguida passa a palavra a Ministra Márcia Lopes que diz ter sido feito uma nota técnica com bons argumentos quando o projeto de lei estava tramitando e foi tentado conversar e foi aproveitado um momento de pouca gente no plenário que acabou aprovando o projeto. Diz ainda que foram feitos todos os argumentos inclusive na imprensa e que a repercussão foi negativa para o Senado e acredita que na Câmara sequer passe pelas comissões. Pedirá que mande a nota técnica para o CONSEA e acha importante o CONSEA se manifestar tanto para o Senado como para Câmara. Informou ainda que dia 14 e 15 de dezembro terá um seminário nacional sobre políticas públicas de proteção integral a criança e adolescente no campo, sendo uma parceria com a CONTAG e OIT e Foro Nacional de Erradicação ao Trabalho Infantil. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz ser fundamental que o CONSEA se manifeste porque uma proposta desta natureza parece deboche e sobre tudo de quem vem e pede ao Conselheiro Arimatéia que redija um texto e se precisar, um outro companheiro do CONSEA para ajudar. O Presidente Francisco Menezes encerra a parte da manhã dizendo se ter uma pauta pesada no período da tarde. O Presidente Francisco Menezes reinicia a plenária convidando a Conselheira Ana Lucia para que dê um informe sobre o Seminário de Populações Negras e Segurança Alimentar e Nutricional que toma a palavra e informa que de 23 a 25 de novembro realizou-se o Segundo Seminário de Samba das Populações Negras. Que foi pensado desde do ano passado e realizado em novembro deste ano, que foi organizado pela Comissão Permanente de Segurança Alimentar com apoio de todos os órgãos que compõe esta comissão. Foram acrescentados os objetivos anteriores e acrescentado que seria preparatório a terceira conferência nacional e o CONSEA, assumiu o evento é um evento do CONSEA e foi levado para os presidentes de CONSEA na reunião dos presidentes de CONSEA que esse evento aconteceria, que seria para mobilizar os conselheiros e preparar para terceira conferência. Houve algumas mesas. A primeira uma mesa de governo em que os órgãos de governo falaram sobre as ações voltadas para as populações negras, uma mesa com a sociedade civil, onde foi colocada um pouco das reivindicações e a avaliação dessas políticas que tem sido implementadas. Houve um trabalho de grupo, no primeiro momento a metodologia era trabalhar temas que tinha sido pensado numa metodologia de trabalho preparatória a terceira conferência a partir de alguns documentos já produzidos. Foi tirado alguns temas de documentos preparados do primeiro seminário e feita a proposta de documento de trabalho temático como acesso, produção e abastecimento, o grupo seria biodiversidade ou meio ambiente, iríamos trabalhar a saúde e nutrição separado e produção



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

de conhecimento e acesso a informação e diversidade de políticas públicas. O público prioritário desse evento era comunidades de terreiro, comunidade Quilombola, movimento negro e conselheiros do CONSEA. Foi convidado um membro de cada comissão temática, câmara permanente para participar. Houve apoio, a presença do Caê, da Deuzi, da Dulce além dos representantes da comissão permanente e o Adriano dos Santos Martins, que foi representando o presidente do CONSEA que junto com Pedro Kioto fizeram uma exposição da Terceira Conferência. Disse ter saído cinquenta propostas e uma carta aberta para autoridades do Brasil e do mundo onde se poderá trabalhar com os órgãos do governo a partir das reivindicações das comunidades. Disse ter tido o patrocínio da Caixa Econômica Federal e da Cozinha Brasil. Agradeceu a todos que ajudaram a realização dizendo ter tido uma repercussão na mídia que noticiou o evento sendo uma preparação para terceira conferência. O Presidente do CONSEA toma a palavra e diz que a comissão merece uma salva de palmas e deixa o CONSEA muito orgulhoso e prossegue pautando os trabalhos da tarde que serão: Discussão do documento base a partir de agora em seguida a programação da conferência, posição de motivos e por fim as manifestações das instâncias que ainda precisam ser observadas. Passa a palavra para o Conselheiro Renato Maluf que diz ter trabalhado com a Conselheira Priscilia na parte da manhã sistematizando as contribuições das instâncias que optou por apresentar aqui o documento com as emendas. Colocou com primeira questão a revisão do conteúdo, não a estrutura das partes mas os conteúdos de ordem e de parágrafo. A segunda questão é da organização das emendas, das gestões. Disse que a apresentação será longa por culpa da fertilidade das idéias. O Conselheiro Renato Maluf coloca que a plenária vai ter de decidir se concorda ou não com o encaminhamento de se tirar daqui uma comissão de redação. Opina que deve ser no máximo três pessoas as quais a plenária delega a tarefa de terminar a redação e que haverá inúmeras oportunidades de debater e revisar partes com quais as pessoas não concordem. O primeiro procedimento é revisar a ordem de apresentação dos parágrafos, fusões, enxugamentos dando destaque a questões centrais e diferenciação e fazendo a diferenciação entre o que é: diagnóstico, contextualização e proposta. Explanou a forma de como será executado a apresentação e que trouxe só o que pode dar alguma questão de conteúdo. Em seguida disse ter retirado da proposta tudo que falava do artigo, do parágrafo por não interessar, disse que o que interessa é a idéia. Primeiro que o documento começa com uma apresentação destacando o objetivo dele, a sua caracterização como documento de guia das questões sobre as quais a terceira conferência também liberará que são os três eixos temáticos, diretriz de desenvolvimento verdade da política e decisões relativas as implementações do sistema. Disse que foi sugerido que os conceitos que orientam o documento para apresentação saiam e que fique bem clara as contribuições esperadas das conferências estaduais. Esta é a apresentação do documento. A parte do eixo temático, Começa com uma introdução. Uma introdução destacando a idéia de concepção de desenvolvimento e crescimento, elementos de diagnóstico formulados de uma maneira sintética e destacando esses elementos. Disse ter colocado um a mais dos sete por conta de outras sugestões e estava em condições de saúde e nutrição, entre os elementos de diagnóstico, essa sugestão é destaque no modelo. Comércio nacional de globalização, colônia agrícola e agrária, desigualdade política, sociedade civil, degradação ambiental, condição de saúde e nutrição, metalização, privatização do alimento, homogeneização cultural e alimentar. Ordenar de maneira a deixar mais destacadas os elementos de diagnósticos e apresentar de forma mais sintética. Registrar os processos que apontam para direções distintas, conflitos e valorização. Valorizando os avanços e pontos positivos. O diagnóstico. A introdução não desconhece os processos inclusos e valoriza o que considera avanço, destacando parte sobre estratégia que



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

relaciona soberania com desenvolvimento sustentável, segurança alimentar. Propõe que ns propostas fiquem destacadas a segurança alimentar como elemento do processo de envolvimento. O eixo dois as diretrizes para prioridade política seria reorganizado no sentido de um breve balanço, avanços, política social e fome zero. Um parágrafo com os desafios e depois a proposição de com os objetivos integradores. A Conselheira Priscila intervém e informa que o Conselheiro Flávio esclareceu que a proposta não era trocar a diretriz três mais acrescentar uma sexta na formulação de alimentação e nutrição. O Conselheiro retoma a apresentação do roteiro geral dizendo que depois voltaria a questão. Disse haver muita queixa de detalhamento excessivo na parte de diagnóstico que precisa ser organizada e enxugada. Falou por fim do eixo três onde se teria um marco nacional da regulamentação do sistema. Uma introdução, um balanço e o relato da experiência do CONSEA onde iria as propostas de critérios e indicações da composição do CONSEA. A proposta da Câmara, as propostas para as conferências e uma proposta específica da integração entre os CONSEAs Nacional e nas esferas. Disse haver também proposta do sistema de monitoramento e os critérios de adesão. Identificou um erro na parte de adesão da iniciativa privada e organizações públicas que será corrigido. Colocou que a parte do sistema não seriam organizados segundo as diretrizes porque está causando confusão o que é diretriz de sistema e o que é diretriz de política e que seriam mencionadas quais são uma e outra e que muitas coisas que estão no sistema são de política e o documento seria reorganizado mantendo a estrutura fundamental e fazendo um reordenamento de parágrafos, redução de textos mas seguindo o roteiro e deixando claro o que são propostas. Fez uma breve explanação sobre como foi feita a sistematização das propostas. Na organização das propostas colocou que o Eixo temático um vai ser revisado, terá uma proposta específica sobre a questão de metas internacionais que deve ser discutida. Tem uma preposição relativa a SAN e modelo de desenvolvimento feita pela CP2. O Conselheiro Renato Maluf resolve não ler os parágrafos e propõe falar deles sem ler. Colocou que o relato da Conselheira Ana Lucia reduziu o conjunto grande de proposição em algumas sendo duas de introdução de novos parágrafos na parte que fala do modelo e da segurança alimentar. O segundo destacando o tema da nação plural no tema das estratégias e sugere que se acrescente aos componentes do modelo de desenvolvimento. Disse que a Câmara Temática um sugeriu dois pontos sendo: um novo parágrafo na parte de diagnóstico e a antecipação do parágrafo que aparece nas diretrizes de política sobre o Rio São Francisco que está como diagnóstico. Coloca ainda que a Câmara Temática propõe uma introdução de um novo parágrafo falando da importância do tema do abastecimento que depois aparece na proposição, comércio internacional. Disse ter dividido em duas partes. Uma colocada no diagnóstico e contextualização e a outra na proposição de política. Disse não se referir a diagnóstico. Essa é a formulação e se refere a inserção da cultura brasileira não mercado internacional que procura preservar a soberania e a segurança alimentar. Coloca que as negociações devem subordinar as políticas nacionais e desenvolvimento atendendo a diversidade da produção e as negociações devem priorizar os acordos de complementação produtiva em lugar dos acordos de livre comércio. Diz ser isso novo e já faz algum tempo que não é discutido. Corrigiu a ordem onde estava bloco um era bloco dois e se referia a prioridade política. Apresentou a proposição de referência ao PPA, LOA e lei de diretrizes orçamentária que é: alterar os dois parágrafos o quarenta e quarenta um. Leu as orientações estratégicas. Disse precisar arrumar a redação por ter sido feita as pressas e a idéia era tentar incorporar o que foi dito ontem nos grupos e nenhum grupo apresentou o texto redigido o esforço foi pegar o parágrafo quarenta e o quarenta e um e fazer a seguinte relação: entre discussão do PPA com a discussão que passa por programas e que por sua



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

vez afetam e até incidem sobre o orçamento. Entende que a versão mesmo corrigida é frágil na referência aos programas dando a impressão de que se está começando do zero. Sugere nominar os órgãos e dizer o que se espera dele, nominar alimentações escolares e dizer o que se espera, nominar o PAA enfim os programas. Completa que nos mega objetivos existe uma proposta de modificação na redação do mega objetivo três acrescentando promoção e expansão na cidadania fortalecimento da democracia, transparência e prestação de contas. Na tomada de decisões de utilização de recurso público, então esse é o bloco da estratégia, o bloco das diretrizes e prioridades. Registra que CP6 pede para acrescentar dois pontos ao balanço. Coloca que a câmara temática um propôs reformular a diretriz dois, principalmente para promover um deslocamento dentro do tema do abastecimento que estava na diretriz um do acesso para vir para a diretriz dois, que se referia apenas a produção, nesta formulação, ela passa a se referir a estruturas e sistemas de produção estratégicas, educação, processamento e a distribuição de alimentos equitativos sustentáveis e de base agro ecológica, esta formulação implicará, tirar tudo que se refere abastecimento que está no acesso o que ajudará a equilibrar o documento. Diz que a sugestão da CP6 em acrescentar uma diretriz. Entende que a formulação está muito preliminar e precisa ser revista para ajustar a formulação dos outros. Ela faz parte do diagnóstico que as cinco diretrizes não faziam. Se aprovada alguns parágrafos que estão em outras diretrizes deverão ser colocados na sexta diretriz. Continua agora abordando a retirada diretriz um incorporado a diretriz dois e a proposta de inclusão de um novo parágrafo. Disse que vai fazer uma passagem rápida porque o parágrafo é longo mas necessário. Disse ter sido constatado que o CONSEA não estava sendo valorizado suficientemente numa proposta que o CONSEA aprovou e achou importante implantar as ações necessárias ao funcionamento da política nacional de abastecimento alimentar. Os itens são: regulação pública da intermediação, fortalecimento da PGPN estruturação e armazenagem, criação de equipamentos públicos consolidação do PAA, implantação do programa de pequenos investimentos e criação do modo de PA sendo este novo. Além de um

programa específico de apoio a produção e comercialização de união, todos os dois extrativismo e reestruturação de sistema de informações o Pró-ORT e mecanismo de controle social, comércio internacional, novo parágrafo. Coloca ainda nas diretrizes envolver a sociedade civil junto com o setor privado nos processos de negociação comercial, contando com a análise detalhada dos seus impactos para um conjunto de sociedade, sendo que as negociações deverão seguir as seguintes diretrizes: fim dos subsídios, especialmente subsídios de exportação, que deprime os preços e afeta a renda dos agricultores, manutenção de níveis adequados da pressão tarifária, especialmente nos produtos de segurança alimentar, em coordenação com a política comum do MERCOSUL, busca pela redução da escalada tarifária em terceiros mercados, ampliação de mercados que valorizam e possibilitem com muita agregação de valor e produto nacional, explorando as potencialidades da diversidade brasileira incluindo a sua dimensão ambiental, busca pelo fim das barreiras do não comerciais que inibem o comércio e desnecessário da produção de saúde humana. Coloca mais um novo parágrafo no mesmo tema aprofundar as relações comerciais com os países de desenvolvimento e manter o coordenação sul nos



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

fóruns multilaterais e negociações. a exemplo do que foi o trabalho do G20 na organização mundial do comércio. Mais um novo parágrafo, incrementar o comércio dos países do MERCOSUL, por meio da maior articulação entre as cadeias produtivas, aprofundamento a integração, priorização da complementação produtiva, estratégia integradas de produção e comercialização e participação mais direta da sociedade civil e do setor privado de diferentes níveis de negociações comerciais do bloco, deverá ser buscado uma implementação efetiva de políticas estruturais para diminuição das assimetrias, no bloco a partir de fontes de financiamento comuns como fundo para a convergência estrutural do MERCOSUL, cadeias produtivas setoriais por cadeias produtivas para os principais produtos alimentares específicos, de forma a promover diferentes ações da produção de consumo com ampla participação dos diferentes atores sociais interessados, ampliando a política para esses produtos, no que se refere a crédito. Coloca que a CP1 propôs um acréscimo ao parágrafo setenta e três, fala do PRONAF, acrescentando a criação do PRONAF INDIGENA conforme as específicas e diferenciadas de rapasse em fim resgatar e fortalecer a soberania alimentar desses povos, comércio justo. Disse ter um parágrafo longo que não irá ler já que será feita uma revisão na redação para reduzir deixando o essencial e incluir nas diretrizes de política. Coloca que a câmara dois e três apresentaram juntas a proposta bem resumida de articular o nosso sistema ao sistema brasileiro de comércio justo e solidário fortalecendo suas contrariedades. Coloca que a essência da proposta é a colagem do sistema de SAN com o sistema de comércio justo. Diz que a CP2 propõe a inclusão de cinco novos parágrafos que são: o reconhecimento da complexidade, ético, racial, cultural territorial, religiosa do povo brasileiro pela nossa política, formulação das políticas de populações negras pautadas do princípio, desenvolvimento protagonismo, participação social a respeito da diferença de déficit, vale de alimento e nas comunidades terreira Quilombolas e outros, promover políticas para os negros e negras, através de processo continuado de educação, capacitação, qualificação, promover política e buscar conhecer aplicar a ética ecológica africana e promover o estudo reconhecimento e preservação dos modos de organizações de populações tradicionais negras. Diz ainda que as duas câmaras apresentaram dois novos parágrafos primeiro: atualizar os conteúdos da educação alimentar e nutricional nas diretrizes curriculares de modo que essas temáticas se expresse nos conteúdos disciplinares a partir de uma ação planejada etc. o segundo é relacionado com o consumo de frutas, verduras e legumes. Acrescenta que do PINAI veio a proposta de acréscimo de três parágrafos que são: apoiar a aprovação de um projeto de lei, estabelecer princípios e diretrizes para o fornecimento da alimentação escolar na rede de ensino privado a exemplo de ensino público e filantrópico. Coloca que será relacionado a outra proposta que tem o mesmo tema e por fim transformar um PNA em um programa do PPA.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Diz que CP6 propôs um novo parágrafo que é: as refeições e ou cestas de alimentos fornecidas pelo PAT devem atender as necessidades e restrições alimentares e os valores organizatórios étnico sociais, alcoolismo e tabagismo. Disse que a CT1 com seu protesto propôs dissimular hábitos que interfira no modo de vida saudável da população especialmente o alcoolismo e o tabagismo. Disse também ter vindo do PINAI o novo parágrafo: fomentar e financiar, estudos pesquisas em SAN, que possibilita a geração contínua e periódica dos indicadores para o sistema de monitoramento respeitando-se os princípios das política, controle social. Reage a ler a proposta de um novo parágrafo: inserir um item de controle sobre social e externo. Chama a Conselheira Alba para entender melhor a formulação para saber se é uma diretriz de política ou uma proposta de um componente de sistema. Continua a leitura, criar uma rede integrada com o ministério público federal e os ministério públicos estaduais e demais responsáveis pelo controle dos gastos públicos nas três esferas de governo, implementando mecanismo conjunto de fiscalização de execução das políticas públicas, diretrizes voluntárias BRANDH. Disse que a Conselheira Marilia fez na hora que foi pedido ao Itamaraty mas não mandaram em tempo hábil. É preciso revisar. Continua a leitura. O Brasil deve reunir esforços funcionais para implementar as diretrizes voluntárias, é diretrizes voluntárias pelo direito humano e alimentação, todo mundo está, em apoio a realização progressiva do direito humano, alimentação adequada. Coloca que a CP1 pediu que aparecesse populações tradicionais e povos indígenas, e a CP2 as duas câmaras temáticas dois e três propuseram a inclusão entre os critérios de entidades a sociedade civil que fazem partes de outros conselhos de controle social na saúde, assistência social, etc. Seguindo, no que se refere a regulamentação do sistema, Coloca que novamente as duas câmaras: garantir a participação da sociedade civil na formulação dos regulamentos da lei e sistema com ênfase na regulamentação de populações específicas e de grupos com necessidades alimentares especiais. Coloca que os novos parágrafos propostos pela CP2 vão precisar ser discutidos e cita que a Conselheira Ana Lucia ou alguém que participou da discussão poderia explicar melhor. Continua a leitura: criar as secretarias de SAN das populações negras com respectiva dotação orçamentária prevista no PPA, recurso técnicos, humanos, logísticos e ordenação de estrutura nos estados e municípios com capilaridade nas comunidades negras de maior vulnerabilidade, esses espaço institucional tem por objetivo, primeiro investigar, reparar a segurança alimentar histórica, também como propor, remover e garantir a segurança alimentar da população negra no Brasil e que essa secretaria seja a interlocutora de todos os setores. Diz ser este um ponto importante que tem de ser pensado e que elas pudessem explicar na hora do debate. Continua a leitura: reconhecer através do sistema ao saberes e associando aos saberes acadêmicos, criar o mecanismo de monitoramento atualizado, então



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

teria que juntar isso com o tema do monitoramento para que ele apareça com destaque, quem está, no monitoramento, está em outro lugar, reconhecer, resgatar e valorizar a gastronomia africana como patrimônio cultural. Eventualmente ampliar essa redação para colocar a valorização de outras gastronomias, evidentemente juntas. Dirige a palavra ao Presidente repetindo que não foram registradas as inúmeras sugestões de redação que não pareciam conter questões de conteúdo e de controvérsia. Coloca se alguma pessoa ou grupo tem registrar se eventualmente escapou alguma coisa. O presidente Francisco Menezes se dirige ao Conselheiro Renato dizendo já ter uma primeira questão que é decidir se cria uma comissão com três pessoas com delegação para da forma final no documento e que este não voltará para plenária para ser discutido detalhes. Segundo é aprovar ou não esse roteiro para o documento e em terceiro discutir as partes apresentadas. O Presidente do CONSEA põe e votação as questões e são aprovadas pela plenária. O Presidente sugere tirar cópias do documento para que os Conselheiros tenham em mãos os documentos e possam analisar ponto a ponto e o Conselheiro Renato Maluf sugere que se faça de outra forma porque a exposição está projetada e isso complica a impressão. Propõe que sejam feitas as anotações do que não foi contemplado para ser inserido depois. E os textos serão reordenados para agrupar o que dialogam entre si, essa questão da separação do técnico ou não, vai ter que olhar na hora da redação final e os textos também serão enxugados. Coloca que documento com a versão original todos têm. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz ser evidente que nos pontos que o conselheiro apresentar irá surgir debates e diz que irá se inscrever. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz então que começará a fazer os registros. O Conselheiro Ari colocou que é preciso ter uma referência da bio energia, está anotado para ser colocado depois. Em seguida chamou para discussão o bloco um do eixo temático. Sugeriu extrair desse parágrafo as idéias centrais que ele tem e colocá-los nos que já existem tratando de características do modelo de desenvolvimento. O Presidente Francisco Menezes aprova. O Conselheiro retoma a palavra e passa para outro ponto. Água, onde tem a proposta de introduzir um novo parágrafo na parte de diagnóstico no eixo temático um e a proposta de antecipar o parágrafo que estava lá como política e não é política, não é diretriz de política é ao contrário, é uma crítica a uma política, então estão em discussão os dois, o novo parágrafo de diagnóstico e a antecipação do debaixo, O presidente Francisco Menezes pergunta onde será colocada a antecipação, o Conselheiro responde que iriam juntas no diagnóstico do modelo de desenvolvimento. Essa proposta tem o objetivo de realçar uma questão que pra nós é relevante nas discussões de estratégia de desenvolvimento. O Presidente do CONSEA coloca que a comissão dará a redação final com melhor condições de decidir. Chama a tenção para o segundo parágrafo onde tem um proposta de transição do Rio São



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Francisco que não deve ser levada a frente é uma proposição e não um simples diagnóstico que pode ou não ser aprovada. O Conselheiro Naidson Quintella toma a palavra e coloca que o debate no campo da água não tem nenhum diagnóstico em relação a água ou em relação ao São Francisco que é uma questão debatida. Diz ser uma questão polemica que quando chegar nas proposições tem um conjunto delas relativas a água e foi avaliada que puxando os elementos para o diagnóstico fica num contexto lógico. Diz que o debate do São Francisco tem uma outra redação que contempla a dimensão polemica do debate para se fazer a reflexão e os encaminhamentos. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz ao Conselheiro Naidson de Quintella que não se tem a redação e este responde que tem. O Conselheiro Renato Maluf pede ao Conselheiro que coloque no computador a redação e depois voltará ao tema. O Conselheiro Demétrios Christofidis não concorda com a forma que foi colocado dizendo estar havendo uma mercantilização de águas no Nordeste e pede que o Conselheiro Renato Maluf esclareça. Toma a palavra o Conselheiro Renato Maluf dizendo ser um esclarecimento, que embora concorde com que está escrito o texto não é dele e pede quando se referir que se refira ao documento e não a ele. O Conselheiro Demétrios Christofidis diz que em alguns casos as soluções para o nordeste são em alguns casos é a adutora longa, e adutora longa não é grande. Sugere que as pessoas que fizeram o documento não o façam porque ouviram falar ou porque ouviram alguma notícia ou documentos estrangeiros. Toma a palavra o Conselheiro Renato Maluf e faz uma sugestão de encaminhamento. Para poder fechar o documento esse e outros temas de evidente controvérsia registram-se a controvérsia se faz uma proposta de redação e a comissão vai dizer: neste ponto há diferente interpretação sobre. Existe uma interpretação que fala sobre esse sentido e uma que fala naquele outro. A comissão registra. O Conselheiro Demétrios Christofidis insiste que oferta centralizada de água não existe e a oferta por adutoras longa é uma alternativa viável. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e coloca que ninguém quer discutir e está sugerindo que se discuta méritos. É uma questão de procedimento. A proposta é: tem uma redação que já tem autoria e que já foi passada, que não há acordo, então haverá outras e aí a comissão vai juntar e dizer, olha, sobre essa questão do Nordeste, existem diferentes visões e aí vai aparecer, o documento vai para o debate. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz a idéia é se fazer uma redação e se apresenta as duas visões. Em termos de proposição é a mesma coisa. Tem uma proposição contrária e outra a favor. Se apresenta e leva-se para as conferências. E isto vai aparecer em vários pontos. Toma a palavra o Conselheiro Renato Maluf que tem dois pontos que vai acontecer a mesma coisa. O presidente Francisco Menezes toma a palavra e coloca que daria tempo nesse período para enviarem para essa relatoria e garantimos que vai ser incorporada. Toma a palavra



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselheiro (sem identificação talvez seja o Arimatéia) evidencia que teria uma proposta diferente. Diz que não dá para se ter várias propostas diferentes e apresentar como texto base do CONSEA para os estados. Se tem diferenças ou divergências não encaminha a proposta. Coloca este debate deve surgir dos estados. Propõe que tendo diferença e cita o exemplo a disposição do Rio São Francisco então se leva esse debate para lá. O Conselheiro Caê toma a palavra e se diz contra a proposta do Conselheiro Arimatéia e diz ainda que se preciso se vota o encaminhamento porque as questões não são levadas daqui para lá. Estão vindo de lá do encontro nacional da articulação do semi-árido, a carta política da ASA coloca esta questão seiscentos e cinquenta delegados do Nordeste. É uma questão para explicitar diferenças, para se fazer o debate político e saber em que campo político que o CONSEA está no plano do debate do desenvolvimento no Brasil. Um participante ou conselheiro sem identificação pergunta ao Conselheiro Caê se tendo três ou quatro posicionamentos diferentes serão colocados os quatro diferenciados? O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e responde a pergunta dizendo que é a comissão de redação que vai encontrar uma maneira de tornar aquilo compreensível para quem vai ler e não pode responder agora e cita o exemplo do documento comércio nacional e existente opiniões divergentes sobre o papel do comércio internacional sobre a liberação ou não. Dirige a palavra ao Presidente e diz que as pessoas desta plenária que querem contribuir para este ponto ou outro. Registrem suas opiniões que não estão suficientemente contempladas e mandem para comissão. Será tarefa da comissão reunir de uma maneira que dê para destacar aquilo que é importante e quando for para as conferências estaduais e ainda assim a redação não estiver a contento o responsável vai lá e sugere a troca do texto. O Conselheiro Malaquias Batista toma a palavra e diz que o Conselheiro Renato Maluf informou que houve uma posição contra a inclusão de imposições internacionais do documento brasileiro disse que colocava uma posição oposta. Citou a primeira Conferência dos Ministros da Saúde da América no Chile que o Brasil estava presente que das quinze propostas da conferência de Almaata destacavam a área de nutrição coloca que sob o ponto de vista de mudar os rumos da política de saúde ela foi revolucionária. Foi internacional e o Brasil assinou. Citou também a primeira conferência mundial de alimentos em 1974 em que diversos países do mundo concordaram em ter uma política em torno da segurança alimentar e o Brasil também assinou. Em 1990, a conferência de Cúpula de Nova York que tem cinco metas de nutrição e foi a referência para política nacional de alimentação e nutrição em 2000 as metas do milênio e o Brasil assinou, em 2003 a estratégia mundial da alimentação saudável o Brasil assinou também. Se posiciona que se deve romper com fundo monetário internacional quando um grupo de banqueiros de fora diz que a política econômica e financeira do Brasil deve ter tais parâmetros. Mas em relação as propostas boas que o Brasil assinou e que são compromissos



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

internacionais que trata do desenvolvimento humano não se pode deixar de lado. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz que ninguém é contra de que o documento reforce aqueles compromissos internacionais do bem que o Brasil assinou. O Conselheiro Malaquias Batista retoma a palavra e coloca que o documento falta muita coisa em relação a área da saúde e propõe é que na comissão de três tivesse alguém da saúde. O Conselheiro Renato Maluf concorda mas coloca que a comissão não irá redigir . E esclarece que a comissão irá revisar e que toda e qualquer contribuição deve ser feita e enviada para comissão que ela ira incorporar. Em seguida passa a palavra para o Pastor Silas Vieira entende que as contribuições que a comissão vai receber tem de sair finalizado e a comissão apenas dar a forma. Novos conteúdos depois da plenária que não terá outra para apreciar este ano disse achar estranho. O Conselheiro Renato Maluf e evidência que isto se aplica ao conteúdo já existente porque o conteúdo já existente também vai ser mudado e a plenária não vai apreciar. Coloca que não tem outra saída a não ser se tiver outra plenária. O Conselheiro Silas Vieira retoma a palavra e coloca que a comissão vai cuidar da redação e dar formato apropriado, mas se mexer no texto entende que o CONSEA deve conhecer o texto. O Conselheiro Adriano Santos que diz a conferência ela tem o documento base e as proposições que vão ser aprovadas, mais além disso, existem as moções para serem apresentadas e votadas na conferência e tem a carta política da conferência, tenho a impressão que alguns conteúdos eles se adequam mais a moção e a carta política do que ao texto base. O projeto da transposição da forma que está é um texto para moção e um conteúdo que deve entrar na carta política. Diz ser este o seu entendimento da conferência. Diz não ver sentido entrar na forma de proposição. Diz ser um risco colocar conteúdos polêmicos nas proposições. Diz que tenderia a pensar em proposições mais genéricas em relação a democratização ao acesso da água. A água como direito fundamental, uma crítica a centralização e as grandes obras hídricas e aí não estarão relacionadas só ao São Francisco. A Ministra Márcia Lopes toma a palavra e se diz preocupada porque o tinha para falar é para o eixo dois. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra e pede a Ministra Márcia Lopes para não mudar de tema e esta com a palavra diz que não irá mudar que sentiu a ausência da política de acesso a moradia e ficou sem saber se poderia fazer no eixo dois ou não. A Conselheira Maria Emilia toma a palavra evidenciando que é preciso definir o que se vai fazer neste momento. O caráter do documento se não se terá dificuldades para prosseguir o debate. E enumera, ponto um: embora toda a conferência tenha moções e carta política em geral, é preciso considerar que nós estamos falando do conteúdo geral da conferência e que tem que expressar onde houver, as contradições, as controvérsias, isso não tem dificuldade de destacar. Coloca ainda que é preciso estar de acordo que não será reproduzido em todo texto todos os pontos controvertidos e que alguns pontos chaves dessa visão estratégica de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

desenvolvimento de políticas sempre haverá uma controvérsia que precisa ser explicitada. Diz ter visto isto no documento da conferência nacional de meio ambiente. Afirma que é preciso colocar de acordo em relação a este ponto e o texto mostrar as controvérsias onde houver. É importante que fique claro que as pessoas podem enviar contribuições ao documento porque não vê a possibilidade da leitura em detalhes do documento no capte em que ele está vai haver enxugamento e reduções. Agregar sempre dará um sentido de novo texto e entende que é preciso pactuar a aceitação disso. Concorde com o Conselheiro Malaquias em enviar mais contribuições lembrando que trata-se de um documento que vai a debate. O documento que está sendo aprovado aqui vai a debate nos estados e depois volta a uma plenária do CONSEA, antes da conferência chegando na conferência para uma guia no processo construtivo de debate democrático até que chegue na conferência aceitando uma contribuição e incluí-la. Passa a palavra para o Conselheiro Padre Matias Martinho concordo com a posição da Conselheira Maria Emilia e do Conselheiro que falou antes que não se irá fugir do debate, que vai haver controvérsia onde há redação e a comissão de redação terá de registrar. Propõe que os pontos polêmicos sejam colocados no final do documento e propostas que serão tratadas a parte poderá ser objeto de moções. Diz que gostaria de amarrar todo o texto aos objetivos permanentes nacionais definidos na nossa constituição federal. Coloca que falta uma referência no início que o movimento e o conceito está em boa parte definida na constituição federal. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e coloca que as questões que foram identificadas e não estão no documento se faz hoje menção a elas fazendo um compromisso de enviar para comissão redatora incorporar. O Conselheiro Renato Maluf diz ter que registrar que nem todo mundo estava presente ontem e a proposta é que haja uma plenária do CONSEA no ano que vem, antes da conferência onde é o momento para os conselheiros opinarem sobre o documento além do que poderão opinar nas conferências estaduais que participarem. Não concorda em entrar na versão que sai daqui. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e expõe sua proposta que é: o documento vai ter sua redação final pela comissão relatora e este documento será enviado para as conferências estaduais que farão suas contribuições para o documento, para uma nova versão deste. O CONSEA irá realizar uma reunião plenária em tempo hábil para trabalhar essa versão do documento e também enviará as revisões para a própria conferência. Enviar as revisões para conferência possibilita avançar em temas que não se teve tempo de discutir e cita como exemplo a discussão sobre sistema e não foi possível fazer uma discussão sobre o sistema único de saúde e o sistema único de assistência social que podem aportar contribuições importantes para o que será levado para conferência. Agora com aquela ressalva das questões que foram identificadas e estão ausentes e não tem redação ainda vão entrar para serem enviadas para



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

as conferências estaduais. O Conselheiro Renato Maluf intervém dizendo que elas chegar no máximo em dois dias. O Conselheiro Carlos Lopes pergunta: No texto original tem algumas observações sobre as questões de produção de alimentos, concentração, desconcentração que entende ser fundamental no texto. Tendo alguma controvérsia ou ponto conflitante ainda envio? O presidente do CONSEA responde que precisa registrar hoje. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra dizendo que que o tema São Francisco, semi-árido e a água será objeto de proposta de redação. Prossegue falando dos parágrafos a serem inseridos no parágrafo que fala de contexto internacional, globalização chama o Conselheiro Valmor Schiochet coloca que quando se tem parágrafos longos a forma de colocação pode ficar confusa no debate por se encontra como diagnóstico e a forma colocada é de preposição diz ser uma tendência fazer análise e propor O Conselheiro Renato Maluf diz que por falta de tempo foi feito apenas cortar e colar e que será corrigido. O Conselheiro Adriano Santos toma a palavra diz que não sabe se a melhor formulação que se tem é a preposição que deve fortalecer os programas de determinadas secretarias ou de tal político, porque as secretarias podem mudar de nome. Sugere em ir direto fortalecendo as em relação agricultura e pesca. Diz que tentaria eliminar a referência. É a secretaria mesmo e isso vai se referir depois em relação a política nacional de alimentação e saúde e nutrição. Se posiciona em eliminar a referência e fazer as propostas para ações nesta área que encaminhe para esse objetivo. O Conselheiro Valmor Schiochet intervém dizendo que o comentário quando existem programas que se quer valorizar a proposição é reafirmar, reforçar e fortalecer. O Conselheiro Padre Matias Martinho sugere pedir a secretaria que formulasse uma sugestão sobre pontos que poderiam entrar nessa nossa discussão dando a importância da presença desses setores no CONSEA. Lembrou que o setores da pesca e da agricultura são importantes na produção de alimentos, geração de trabalho e emprego. O Presidente do CONSEA Francisco Menezes toma a palavra e dá prosseguimento em seguida passa a palavra para o Conselheiro Renato Maluf pede aos conselheiros que lêem a intenção dos dois parágrafos que foi identificada ontem entre os procedimentos dos motivos da conferência, definição de prioridade de diretrizes e a discussão em curso relacionada com o PPA. Disse ser duas propostas. A primeira afirma o que é as proposições da nossa política, da segurança alimentar e dever convertida em programas de ações. Afirma não resolver a deficiência de falar dos programas. Coloca que essa insuficiência do tratamento se deve a contribuição insuficiente do pessoal de governo no documento que não faz referência ao seu próprio programa. Disse ter falado com gestores de programa que disse estar contemplado nas diretrizes. Parece que estamos inventando a agricultura familiar de novo. Que não há PRONAF. Afirma que tem diretriz e agricultura familiar mas parece que não tem PRONAF. Diz que o parágrafo não resolve a questão apenas diz que estamos discutindo.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Coloca que até a conferência temos ser um pouco mais preciso do tipo: a ação do programa tal tem que ser contemplada na direção X ou o recurso tem que ir. Diz não ser para contemplar algumas coisas que já foram faladas, mas para explicar a história do PAA e da ETO e da lei orçamentária. O PPA dos quatro anos que será concluído ou pelos formulado no fundamental nesse período que vai até a nossa conferência, a lei de diretriz orçamentária que vai para o congresso em 15 de abril e a lei orçamentária anual é a que saí depois que a diretriz é aprovada. A idéia é que os três componentes PPA, ETO e LOA contemplem o que estamos discutindo. Principalmente no que se refere ao financiamento e a questão do contingenciamento. O Conselheiro Edmar Gadelha intervém que em relação ao plurianual e PPA deve se ter um plano nacional de desenvolvimento. O Conselheiro Renato Maluf coloca que ainda tem que resolver o problema do Ministério do Planejamento. A Conselheira Marília Leão diz querer chamar atenção que os dois parágrafos é uma tentativa tímida de tocar a questão do financiamento e na parte da construção do sistema o tema tem de ser enfrentado frente a frente. Porque ele define as reais intenções e ações de governo nessa área. Colocar com clareza que rumo o financiamento do sistema tomará e passa a palavra para o Conselheiro Roberto Vizentin diz que a proposta visibilidade ou não dos programas são duas deficiências. Uma é a vaga representação do governo em afirmar os programas que estabeleceu dialogo a outra é que a Sociedade Civil não percebe esses programas. Diz que no parágrafo 27 estabelece o tema central do documento, a transversalidade da segurança alimentar e nutricional nas estratégias de desenvolvimentos . Propõe que se incorporasse a internacionalização da segurança alimentar e nutricional nos processos de planejamento, assim como está posto aqui, nas esferas da União e estados e municípios, porque lá que estabelece a base de transversalidade da segurança alimentar e nas estratégias de desenvolvimento. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra diz ter entendido a sugestão e colocou que é para evitar discutir a redação da versão atual porque o vinte e sete não será mais ele e provavelmente terá outra cara. O Conselheiro Flávio Valente pergunta se vão levantar o documento o Conselheiro Renato Maluf responde que sim O Conselheiro continua perguntando se vão começar a discutir a questão do orçamento ou se vai discutir a questão da necessidade do financiamento específico para o sistema? Entende ser uma estratégia. Se for decidido pelo orçamento diz que batalharemos para que os programas existentes continuem sendo fortalecidos. Outra coisa é discutir a questão do fundo e acho que o CONSEA tem de se preparar para esta discussão que virão de outros locais. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e coloca que não se tem amadurecimento para o tema. Teme o fundo porque se eles derem o dinheiro se abre mão de poder opinar sobre a questão do financiamento dos programas. Diz ser contra, mas se os Conselheiros Flávio e Marília estão dizendo temos que



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

por no documento a necessidade de enfrentar. Como é que um sistema intersectorial novo na estrutura do estado brasileiro opina sobre programas que tem as suas próprias esferas de decisão, como é que ele pode interferir na discussão do financiamento desses programas. Assim com todo esse cuidado de quem ainda não tem maturidade. O documento fala; A implementação do sistema da política e envolve um negociação com os diferentes sistemas de programas. São aqueles responsáveis pela gestão do que nos interessa que é o dialogo com o PINAI, PRONAF, PPA, BOLSA FAMILIA. O Conselheiro Ariovaldo Ramos concorda com as palavras do Conselheiro Renato Maluf e diz que impediria que fosse levantada a questão de que a conferência deveria conclamar o estado, aprimorar políticas com o Bolsa Família e um Plano Safra que está dentro da questão do financiamento. O plano Safra pode ser ampliado e deve já na questão de financiamento do sistema. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz que o que falta no documento é fazer referência aos programas o Conselheiro Ariovaldo diz concordar plenamente com o Conselheiro Renato Maluf e este toma a palavra dizendo que financiamento do sistema é o CONSEA, estrutura, monitoramento, são estruturas do sistema. Não é a política. Diz que sua dúvida está no financiamento da política porque política é composto de várias políticas. Conselheiro não identificado toma a palavra coloca que quando foi dito de lei, diretrizes orçamentárias e falou em anexo de prioridades é preciso que fique claro o seguinte: o governo depois de aprovada a lei de diretrizes orçamentária não pode implementar nenhuma prioridade que não conste naquela relação e a relação não garante recurso. A Conselheira Albaneide Peixinho coloca que é complexo o tema não só para Sociedade Civil e para o pessoal do governo que não trabalha nesse setor. Entende ser um ponto fundamental para a discussão política. Diz que a redação tem de ficar clara para que possa ser discutida nos estados e municípios. Uma vez definido o plano plurianual teremos mais clareza que existem programas que não poderão ser contingenciados. Precisa clarear o que está no PPA 2011. Definindo o seguinte: O CONSEA orienta quais os programas ou quais as políticas que devem fazer parte da segurança alimentar e nutricional no PPA, fazer o que foi feito este ano. Trazer o representante do Ministério do Orçamento e Planejamento e discutir os orçamentos. Mas sabendo que não vai ser assegurado. Só na pressão política. Enquanto ele for construtivo não tem jeito. Coloca a proposta de quanto vai ser o PPA e se discute os programas que estamos apontando. Disse estar apontando que mude o programa nacional de alimentação escolar seja um programa e não uma ação do programa Brasil escolarizado. Entende que este parágrafo tem de ser muito claro. O que se quer do PPA. Quais os programas que devem ser programas e quais os programas que são chamados de programas mais que hoje são ações. Como é o caso do PINAI que não é programa é ação. Coloca que tem de estar claro porque nós somos governo trabalhamos com isso e não se



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

consegue ter uma relação mais clara. A sociedade Civil que não tem isso no seu cotidiano discutindo isso numa conferência. É muito complicado. Tem de traduzir o que é PPA para não confundir com PAA com todos os programas que tem. Discutir o que significa na prática que na sua opinião é um dos pontos mais importantes da proposta. Para conferência é discutir dinheiro e orçamento porque sem orçamento e sem dinheiro não tem discussão de vontade política. O Conselheiro Pedro Kitoko toma a palavra coloca que financiamento do sistema é um problema menor entende o posicionamento do Conselheiro Renato Maluf em relação ao financiamento político mas diz existir antecedentes em alguns estados e municípios. Se posiciona que o documento tem de ter uma orientação clara quanto ao financiamento político porque em todas as conferências essa questão será debatida e passa a palavra para o Conselheiro Valmor Schiochet diz que o eixo aqui que estávamos discutindo é segurança alimentar e desenvolvimento e estratégia do desenvolvimento, tem que pensar com cuidado, porque o que queremos aqui é proposta que coloque estado brasileiro numa perspectiva de fortalecer o processo de desenvolvimento de acordo com aquilo que a segurança alimentar coloca. Diz estar trazendo o financiamento do sistema para cá. O que se quer é que o estado brasileiro caminhe para promover um processo de desenvolvimento adequado a segurança alimentar. Entende que se não deixar separado no texto vai criar dificuldade na base para saber exatamente o que se está discutindo. Propõe que o parágrafo precisa traduzir a ação e inclusive orçamentário, para onde vão os recursos. Depois na discussão das diretrizes em prioridades, daí é financiamento para política, quais as políticas que vão ser financiadas e qual a prioridade para isso. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz ter um encaminhamento e que falará da preposição, primeiro: Concorda com a posição do Conselheiro Valmor e diz que fará a separação. Segundo: Da política e do sistema. Diz que a posição da Conselheira Alba é muito importante e que não vai se conseguir resolver nessa versão a exceção do que já foi feito. O PINAI está lá desta maneira anotaremos para equacionar em até março. A Conselheira Albaneide Peixinho toma a palavra colocando que quem vai viajar e tem pontos a discutir dos critérios para participação e tem uns pontos do eixo três que são bem complexos e é para ser discutido. Tem um ponto muito pior que é a composição direta, a escolha. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e pergunta se tem alguma dificuldade com a preposição de mudar a redação do mega objetivo. Disse já ter no documento anterior que mudava a redação do um e está sendo proposta a mudança do três. Aprovado. Passa a bordar o eixo temático dois, diretriz e prioridades. Sugere que não se discuta a parte do balanço. Aprovado. Diretriz dois, alterar a formulação da diretriz dois. Aprovado. Eixo temático dois. Acréscimo de uma diretriz por as cinco existentes não falava de saúde e foi proposta a sexta e a redação precisa ser adequadas demais formulações. Pergunta todos de acordo? A Conselheira Marília Leão toma



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

a palavra diz que considerando a linha que o Conselheiro Malaquias colocou tem que fazer constar as questões mais importantes e se oferece para junto com o Conselheiro Malaquias escrevesse a página. O Conselheiro Renato Maluf diz que já está sendo escrita e que já foram anotadas as sugestões. Pergunta alguém em desacordo?. Não. Aprovado. O conselheiro pede para mandem o texto mais enxuto possível para a comissão não ter de cortar. Continua com a leitura Perguntando se tem alguma dificuldade com as redações da posse para os eixos de intervenção, política nacional de abastecimento, regulação, PGPN, armazenagem, equipamentos públicos, prioridade para agricultura família segmentos de mercado institucional, consideração do PAA, disse tudo proposição que está na parte de preposição. Continua a leitura diretriz política, revitalizar centrais do PROART. Aprovado. Continua a leitura, política internacional de comércio, envolver a sociedade civil junto com o setor privado processo de negociação, com as seguintes diretrizes: fim de subsídios, manutenção de proteção tarifária, busca da, reduzir a escalada tarifária, ampliação de mercados e que valorizem a agregação de valor e fim de barreiras não comerciais, exceto aquelas que se referem a proteção da saúde humana. Em seguida passa a palavra para o Conselheiro Adriano Santos diz ter um referendo que concorda muito com a orientação do que está escrito, mas tem a impressão que isso é uma conferência estadual precisa de um índice de três páginas, mas só aprovar isso como proposta porque mesmo quem já está a muito tempo dentro disso não tem a menor idéia seja escalada tarifária. Pede apoio da plenária para traduzir o conteúdo sem reafirmar a diretriz mas propondo duas coisas sobre isso que tenham esse conteúdo. Em seguida passa a palavra para o Conselheiro Flávio Valente que se desculpa em relação a diretriz seis pois estava ocupado fazendo uma outra e pede haja um esforço concentrado das pessoas ligadas a segurança alimentar para fazer uma redação de alguns parágrafos relativos a questão do aleitamento, matéria infantil entre outras. O Presidente do CONSEA intervém dizendo ser importante fazer agora, fazer nos próximos dois dias se não, não vai entrar. Passa a palavra para o Conselheiro Renato Maluf que se dirige ao Presidente do CONSEA e faz a seguinte preposição: Conversar com o pessoal do MDA, que foi quem fez a proposta de tirar tudo que é tecnicidade dessa parte internacional e preservar a idéia, que tem razão esse negócio de escalada tarifária. O Presidente concorda. O conselheiro continua aprofundar as relações comerciais da sul, sul, alguma dificuldade? Aprovado. Continua com o parágrafo do Mercosul pede para se dê uma olhada na redação. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e coloca que deveria ser colocado explicitamente a menção de considerar a questão da soberania e da segurança alimentar ao incrementar o comércio com os países do MERCOSUL. E passa a palavra para o Conselheiro Silvio Porto que se diz não estar vendo nada falando de proteção a população específicas, estamos falando e não aparece nada



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

em relação a proteção, coisa que o Brasil não fez mais acho que é importante resgatar isso aí. O Conselheiro Renato Maluf pergunta se o conselheiro está falando de negociação comercial. O Conselheiro Silvio Porto prossegue negociação comercial, entra sempre a lógica do produto e não diferencia o público e acho que isso é importante para ele. A Conselheira Sonia Alves toma a palavra e diz que é a questão da faixa de fronteira que onde se tem uma política especial, que vai desde a Venezuela até ao Chuí, são mais de oitocentos municípios com uma política regional e trabalhamos muito a questão de alimentar essa de pobreza que vai de Norte ao Sul e se pudesse ter um incentivo a essa política na faixa de fronteira de combate a fome para a faixa de fronteira, se teria uma relação com os países da América do Sul todinha na faixa de fronteira. O Conselheiro Renato Maluf disse estar registrando para mandar uma redação. Diz que o documento em outras diz que não se pode apenas ficar olhando negociação comercial é preciso tratar de outros acordos, mas não formula diretrizes. A Conselheira Albaneide Peixinho coloca que tem muita coisa que terá de ser redigida melhor. Vai ter de reduzir para discutir lá na conferência. Coloca que a política de assessoria técnica à países da África, Haiti tem essa coordenação, integração no Mercosul. Principalmente a CEGEPAN. Diz também ter na política de fronteiras um trabalho do MEC, nas escolas de fronteiras e compra de alimentos das articulações internacionais. Pergunta onde fica? Não fica nesta linha aqui puramente de comércio precisa de assessoria técnica. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e coloca que o o documento faz referências as questões em alguns lugares, mas propostas de diretrizes nenhuma. A única que apareceu foi esta. A Conselheira Albaneide Peixinho retoma a palavra e coloca que ao invés de propor política internacional de comércio. Imediatamente o Conselheiro Renato Maluf intervém colocando que o título só está para dizer qual é o tema da emenda. Continua e pede para os conselheiros mandarem posições de diretrizes referente a outros acordos internacionais, do ambiente e do clima. Continua agora abordando o tema cadeias produtivas. O Conselheiro Caê toma a palavra e diz que a redação está muito genérica e pouco explicativa. Além de estar se preocupando com agricultura familiar pela diversidade. Disse não entender essa formulação. Reafirma que a formulação está muito genérica e não está claro o que se quer dizer. Porque a estratégia é muito menos de cadeia produtiva e muito mais de sistema integrado, de intervenção no mercado da agricultura familiar. Diz que suprimiria este parágrafo. A Conselheira Rosane Nascimento põe em dúvida a proposta do conselheiro achando que não vai suprir e que esse tema é uma das questões mais específicas do ponto de vista técnico. Entendendo que as conferências não é só discussão mais também socialização de idéias, princípios e conceitos. Adota sempre para estas questões técnicas bojos de apoio, além do documento base. Sugere que a plenária desse a comissão de relatoria, essa autonomia ao invés de suprir como se não



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

existisse. E assim estar subsidiando os participantes com textos de apoio. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz que a questão do Conselheiro Caê é de concepção e que o acréscimo de cadeias produtivas foi feito por sua sugestão e isso é uma proporção do MDA que é o programa que está sendo feito de análise de cadeia por cadeia. Propus que acrescentassem políticas setoriais por cadeia produtiva porque eles formulam política setorial e isso da confusão. Coloca sua sugestão não é tirar, bom seria vir o Torelli e o outro pessoal para ver o que eles pensam desse tipo de informe. Continua dizendo que a questão são duas: uma o que você falou que isso pode comprometer uma visão de sistema integrado, que iria olhar e fatiar a agricultura familiar em cada um dos seus pedacinhos, a outra, é que isso também compromete uma visão de desenvolvimento territorial, porque a lógica de cadeia não é igual a lógica territorial. Diz que seria bom conseguir colocar nessa redação as duas preocupações. O Conselheiro Edmar Gadelha toma a palavra e diz para manter a disputa entre o modelo das concepções em relação ao modelo de desenvolvimento. O objetivo integrador lá. Tem um que fala da produção de alimentos em base sustentáveis ecológicas é cair numa direção e essa vai em outra. É a coerência do documento a própria objetiva integradora já dá uma direção da construção do modelo de desenvolvimento com soberania e segurança alimentar. Essa questão vai na contra mão. A Conselheira Regina Miranda toma a palavra e diz que é contra quando vê a palavra assim de fomentar cadeias produtivas, do ponto de vista nutricional, de educação alimentar, de comportamento alimentar e justifica dizendo que na sua compreensão, na história da humanidade a medida em que se estimula a produção se disponibiliza determinados alimentos e a tendência é sempre priorizar alguns e isto reduz a diversidade da dieta. Entende que se tem de estimular a diversidade alimentar. As cadeias vão estimular as cadeias produtivas de doze itens alimentares cuja a cadeia produtiva organizada e isso não garante mais saúde. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que existem duas visões e propõe que fosse explicitadas as duas visões e colocasse em discussão inclusive com as proposições que a de vir delas. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e coloca que não sabe quem fará parte da comissão de redação e ele tiver nela não quer ser responsável por redigir isso. Diz não concordar. Estão falando de coisas diferentes. Coloca que não são tão divergentes mas duas coisas diferentes. Entende que a preocupação da Conselheira Regina é legítima mas não é definida por isso. Isso é outra coisa. O Conselheiro Edmar falou de uma visão de sistema. Porque sistema integrador não exclui política setorial. Depende como se trata ela. Se for política setorial articulada ou uma política de desenvolvimento territorial, é o que queremos fazer. O Conselheiro Aloísio Melo intervém dizendo que recebe a proposta de redação e retorna a palavra para o Conselheiro Renato Maluf que diz que o MDA não está falando porque não está presente. Já foi falaram duas visões divergentes em relação ao tema, falta mandar a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

composição. Segue colocando PRONAF indígena, explica que o PRONAF pouco aparece, tem inúmeras referências sobre agricultura familiar, o extrativismo e tem um lugar que aparece PRONAF floresta e o CP1 sugere a criação de um PRONAF indígena. Diz antecipar uma discussão que mesmo que sejam a favor da criação do PRONAF indígena acha que não é como extensão de frase, mas item. O Conselheiro Silvio Porto toma a palavra coloca que o PRONAF não é o instrumento adequado para desenvolver política para indígena. Acha que merece outra formatação e não é pelo sistema PRONAF. Entende que seria um equívoco já que está saindo o decreto em relação as populações tradicionais nas áreas e esse ponto o governo vai elaborar políticas novas e específicas para as populações. Temos que efetivamente ousar e conseguir realmente avançar em termos de uma adequação de políticas e ter uma formulação própria de políticas. A questão da PRONAF Floresta que por um lado é bom por outro a Racruz, Flabin e outros aplaudem exatamente no fomento a tomada do eucalipto e pinos para celulose com base em programa de crédito subsidiado. Acabamos de assinar aqui, um abaixo assinado sobre este problema no Espírito Santo. Entende que é uma contradição aquilo que a ponta o início do documento e qual o desenvolvimento que queremos. O Conselheiro Flavio Valente toma a palavra concordando com o Conselheiro Silvio até certo ponto, em outro discorda. Entende ser muito grave a questão indígena. O problema é que a carteira indígena é o único projeto hoje atuando na área apoio a produção indígena. Seja na agricultura, no artesanato e seja no que for. Até hoje o dinheiro que foi liberado teoricamente para este projeto não foi liberado. Coloca que é do grupo gestor, representante do CONSEA e não sabe se até o final do ano será liberado. Concorda que não pode ser discutido aqui. Mas na falta de representação dos indígenas no CONSEA leva uma série de problemas na representação deles no documento. Coloca que se esta proposta for elaborada pela CP1 é complicado e sugere pedir para comissão fazer uma proposta mais detalhada em relação ao que eles esperam. Sugere que se retire algumas questões do seminário da carteira indígena. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e pergunta se retirar o PRONAF desta redação e propor um programa de crédito para as comunidades indígenas com procedimento resolve? Isso é carteira e se dirige ao Conselheiro Flavio Valente dizendo que o problema está no que ele falou. Essa proposta está numa instância. A instância não está e nunca sei se vamos conseguir um retorno da instância a tempo. Mas irá tentar. O Conselheiro Flavio Valente se compromete em falar com a coordenadora da carteira, onde tinham cinquenta indígenas participando a Sra. Lílian Galesta. Coloca a dificuldade de mexer numa instância de uma população específica e o pessoal não está aqui para contatar as pessoas. O Conselheiro Flavio Valente toma a palavra que juntamente com a Zelene que é sua co-representante e com a Lílian que é a coordenadora do programa. Resgatamos a as propostas e vê se eles



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

querem incorporar alguma coisa lá diretamente no documento. O Conselheiro Renato Maluf diz não saber se o plenário concorda com o que o Conselheiro Silvio falou, que PRONAF indígena não é a forma mais adequada de enfrentar a questão indígena. O Conselheiro Caê toma a palavra que não entra no mérito da proposta mas do procedimento. Se a proposta chegou aqui e estamos debatendo ela é do CONSEA ela não é da plenária, da comissão. A comissão trouxe. Estamos evoluindo a proposta do coletivo e porque iremos se amarrar na comissão para reelaborar uma proposta. A Conselheira Maria Emilia toma a palavra dizendo que o que o Conselheiro Caê fala é possível de aceitar mas seria justo consultar a comissão que não tinha informação sobre o que é o PRONAF. Acredita que a população não se debruçou na proposta. Ela ficara submetida a consulta pública do programa nacional para os povos com populações internacionais. Questiona onde há um item específico sobre o apoio a forma sustentáveis dessas populações e associado a garantia dos direitos territoriais. Se posiciona que não há possibilidade. O PRONAF não articula direitos territoriais. Diz precisar de esclarecimentos e mostrar a proposta política para as populações tradicionais. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e ressalta estar de acordo com a Conselheira Maria Emilia de fazer a consulta apresentando para a comissão os aspectos. Diz pode ocorrer que não se consiga fazer esta consulta e coloca que é coisa de dois dias que se precisa da resposta. O presidente opina que a comissão permanente, embora não esteja lá, deveria se ter a posição dela devendo ser colocada a outra coordenação e confrontar. Diz ser preciso perder o medo da conferência, confrontar visões diferentes, inclusive porque eles podem rever no próprio processo. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz que se não conseguir contato com a comissão que permita rever a formulação será colocado ao lado: destacar a necessidade de avaliar se o PRONAF é um instrumento mais adequado para tratar com essas populações e de valorizar o desenvolvimento e instrumento e a partir da política e povos tradicionais. Diz ser esta a objeção. A Conselheira Terezinha Maglia e coloca que faz parte da CP1 e disse que ontem não pode participar e que os povos indígenas tem o direito de entrar no PRONAF, cita que existem várias comunidades no Rio Grande do Sul que fazem parte do PRONAF. Disse ser um PRONAF como qualquer agricultor familiar e o que eles estão querendo é um PRONAF diferenciado porque na cidade eles enfrentam problemas de quem não dá o PRONAF indígena é o gerente do banco. A desconfiança que eles não vão pagar mas se o dinheiro estiver disponível eles vão pagar. Tem vários no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Paraná. Eles fazem um PRONAF comum como qualquer agricultor familiar não o PRONAF indígena conforme específica e diferenciado como eles estão solicitando. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz ser divergência mesmo e se dirige ao Conselheiro Silvio e diz que vai ter que registrar os dois. O Conselheiro Silvio Porto coloca que não tem dúvida que o PRONAF não



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

atende pela sua lógica a demanda e a necessidade dos indígenas. Outras populações que se enquadram dentro dos critérios do PRONAF tem enormes dificuldades de acesso, imagine os indígenas. Coloca que é preciso apresentar solução e não problema para as populações. Diz que o primeiro problema será: disponibiliza um crédito lá sem o devido acompanhamento e assessoramento técnico, que não existe. Coloca que na área de saúde e educação já conquistaram professores e agentes de saúde próprio. Assessoramento técnico na lógica indígena é quem conhece, quem já esteve dentro das aldeias e acompanha e vê infelizmente o trabalho técnico que é feito lá dentro, é uma coisa completamente destorcida em relação a base da produção indígena. Se posiciona não ser o crédito no sentido reembolsável da palavra acha que o fundamental fomento a produção tem outra lógica. Que é micro crédito. É no sentido mais de estruturação produtiva de transição ou de resgate dessa cultura. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz ter a impressão que se estão falando duas coisas diferentes. Uma coisa é o que os indígenas precisam e a outra a demanda mais completa que o PRONAF funcione. Disse que sugerir o encaminhamento e tentará a consulta. O Conselheiro Flavio Valente se dirige a Sra. Zelene as preocupações e diz que observações serão feitas sobre a inadequação do PRONAF como instrumentação e a relação com a política do estado dos povos tradicionais, povos de populações tradicionais. Mais se elas sentirem que a questão é como que estritamente o sistema do PRONAF não terá jeito tem que registrar as duas posições. O Conselheiro Roberto Vizentin dizendo a Conselheira Claudia Canoli que membro da comissão de produção e pede para registrar o seguinte: que encaminhou ontem para a redação, uma proposta de alteração com o conteúdo da parte que fala da política nacional das comunidades povos tradicionais, portanto se está no sentido de incorporar essa proposta, não perder e deixar isso para o final está redigido e no e-mail da Cláudia. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra dizendo ter cinco redações de preposições e que todas pretendem valorizar e destacar os aspectos da política relacionados com as populações negras. Diz ter identificado que dá para fazer acréscimos a alguma diretriz existente. A Conselheira Ana Lucia coloca que quando se é discutida a questão do meio ambiente e diversidade a proposta sai do tema central. Não se respeita a cultura africana. A comunidade africana conhece as folhas que podem ser feitas para remédio, conhece a tradição do meio ambiente. Se pede que respeite esta ética ecológica porque contribuem para a preservação do meio ambiente. Toma a palavra a Conselheira Dulce Terezinha de Oliveira dizendo que veio de uma recomendação do GT de alimentação adequada disse que a nova redação perdeu o espírito que tinha quando foi incluído os conteúdos porque não é só no ensino fundamental é em todo ciclo educacional. O Conselheiro Renato Maluf pergunta se não estava redigido o documento na versão? A Conselheira Dulce responde que sim, mas mudou. Um breve dialogo de esclarecimento entre os dois



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

e a Sra Dulce coloca que até concorda com a redação mas tem de abranger o ensino médio de diversidade, direção, professores, alunos, pais e até países e está muito levado para o ensino fundamental. Toma a palavra a Conselheira Elza Maria Franco que diz que os parágrafos têm vários curriculares para o ensino médio e ensino fundamental e não está excluindo os parâmetros curriculares. O Conselheiro Renato Maluf indaga se diretrizes curriculares e parâmetros curriculares são a mesma coisa e recebe como resposta que não e coloca que tem de trocar diretriz e colocar parâmetros. A Conselheira Elza Maria Franco diz que sim. O Conselheiro Renato Maluf se posiciona. Está decidido. A Conselheira Elza Maria Franco com a palavra diz que substituir a oitenta e sete e o Conselheiro Renato Maluf pede para que seja anotado a orientação. A Conselheira Dulce Terezinha diz que não houve tempo para ver se foram contemplados no documento todas as recomendações na alimentação adequada e saudável e que amanhã se fará uma reunião e que mandará um disquete com as modificações. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra disse estar na página nove. Incentivar o consumo de frutas, verduras e legumes. Pergunta se há objeções e aprova. Alimentação escolar acréscimo de três parágrafos. Aprovado. Alimentação escolar, acréscimo de três parágrafos. Aprovado. Apoiar a aprovação do projeto extensivo, estabelecer princípio de diretriz para o fornecimento de alimentação na rede, transformar em programa. Para e pergunta as formuladoras. Tem outro lugar no documento em que é feita a recomendação explícita de que as aquisições sejam feitas na região da agricultura familiar? Diz ter que juntar as duas coisas. A Conselheira Sonia Lucia dos Reis sugere acréscimo para alimentação da rede escolar nesse contexto quando política de saneamento ambiental nessa rede. Breve dialogo entre o Conselheiro Renato Maluf, Conselheira Sonia e o Conselheiro Flavio Valente para entendimento do acréscimo de que tem de ser dito que a maioria das escolas do interior, muitas escolas de interior não tem água, nem banheiro, nem lugares para as pessoas lavarem a mão, então como você pode ter uma alimentação saudável? Aprovado os três parágrafos com o acréscimo que será feito pela Conselheira Albaneide. O Conselheiro Renato Maluf continua o novo parágrafo não se refere ao PAT. Pergunta se há objeção. Se dirige a Conselheira Albaneide dizendo que precisa explicar melhor o item do controle social. Diz não conseguir entender onde entraria a sugestão. A Conselheira Albaneide Peixinho coloca que é uma proposta do Ministério Público para a lei de alimentação escolar. Que eles próprios criam uma rede integrada no Ministério Público Federal, nos estados e municípios com os Ministérios Públicos estaduais para controlar gastos públicos. Seria nas três esferas de governo. Traduzimos para o controle social de programas, dos programas das políticas públicas. Não ficaria específico para o PINAI que é uma proposta que o Ministério Público está fazendo. Querem criar uma rede integrada que hoje não tem na prática. Tem cada ministério atuando. O Conselheiro Renato Maluf pergunta se é a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

conferência apoiando uma iniciativa de criar. A Conselheira Albaneide Peixinho coloca que a conferência aponta que há necessidade de se criar uma rede centrada do Ministério Público Federal com os Ministérios Públicos estaduais e os demais responsáveis pelo controle dos gastos públicos. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e pergunta se vai haver referência ao sistema ou será uma formulação genérica. A Conselheira Albaneide Peixinho responde que será uma formação genérica de políticas públicas a formação de uma rede integrada. O Conselheiro Renato Maluf questiona que será explicado na parte do sistema sem uma formulação que não tem nada que vincule o ponto. A Conselheira Albaneide Peixinho intervém dizendo que é na participação social. O Conselheiro Renato Maluf insiste que não tem nada vincule com o tema. E diz não ser contra apenas que acrescente para fazer a relação. O Conselheiro Flavio Valente toma a palavra e diz que na lei o artigo II, no parágrafo II tem uma substancia de exigibilidade do direito, a comissão de monitoramento com relações de direito humano. Foi feita uma análise da suspensão dos recursos. É uma proposta que surgiu a partir da controladoria do Ministério Público e faz parte do sistema. É uma proposta da comissão de monitoramento que propõe que ela faça parte do sistema e que haja nesse mecanismo já é o sinal de alguma articulação entre a Secretaria Geral de Direitos humanos com posição de monitoramento e o Ministério Público da Controladoria fortalecendo os sistemas de controle de transparência dos sistemas de segurança alimentar. Diz achar que faz parte sim. O Conselheiro Renato Maluf com a palavra diz que é preciso saber como se redige, já que tem uma tecnicidade. O Conselheiro Flavio Valente retoma a palavra e diz ser o documento que a comissão produziu ontem e será assinado pelo Paulo Vanuki e terá exatamente os termos dessa comissão. O Conselheiro Arimatéia toma a palavra e dizendo ter colocado na câmara e saiu, disse ainda que quando pega a questão do controle social pega só este ponto. Entende que faltam elementos do CONSEA, no tocante do controle social e até orientações nos estados, nos municípios e em todas as políticas públicas. Acha estar ausente do documento o tema de controle social. Diz ter avançado na orientação da segunda conferência para 2/3 sociedade civil, nos comitês de gestores, mas nesta conferência não houve tempo para discutir nada na câmara temática e que gostaria de ver isso incluído. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz estar registrado e é só mandar a proposta. E prossegue diretrizes voluntárias. A Conselheira Sonia Lucia toma a palavra e diz que está escrito. Acesso a moradia e incentivo a estruturação dos conselhos do Fundo de Habitação de Interesse Social – FINIS no âmbito estadual e municipal. Esclarece que é um fundo que já tem a lei é para população de baixa renda. Se houver concordância manda justificar tudo porque gera renda e emprego, além da felicidade da moradia. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra pergunta qual a segunda e recebe como resposta ser apenas só uma diretriz no eixo dois e coloca que tem de ter



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

uma formulação que articule esse tema ou o tema da conferência. A Conselheira Sonia Lucia ressalta que é desenvolvimento e a política do governo. Diz ser prioridade para os quatro anos e entra na questão de morador de rua, favela. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra e pergunta se há alguma objeção e o Conselheiro Ariovaldo Ramos toma a palavra e não ter objeção mais acrescentaria desde de que preservado todas as áreas de manancial, preservada todas as áreas de expansão agrícola para que a política, o governo pegue o local que já está degradado e sustente a degradação. Tem de haver uma política de restauração das áreas específicas para segurança alimentar e nutricional entre elas o manancial. O Conselheiro Renato Maluf prossegue pedindo que os dois se coloquem em acordo e mande com a emenda dele. Continua. Eixo temático três regulamentação e implementação do sistema, composição, alguma duvida com relação a acrescentar esses dois elementos entre os critérios a serem considerados, onde está inscrito lá populações tradicionais, acrescentar e povos indígenas e incluir entre a rivalidade da sociedade civil, que fazem parte de outros conselhos, alguma objeção? Aprovado. Novo parágrafo garantir a participação da sociedade civil na regulamentação do sistema. Alguma objeção? Aprovado. Ana Lucia, criar a secretaria segurança alimentar das populações negras, você pode explicar? Passa a palavra para Conselheira Ana Lucia coloca que foi feito um seminário onde foram convidados e indicados pessoas Quilombolas, comunidade de terreiros com objetivo de sensibilizar para a questão da segurança alimentar e nutricional. Nos estados e municípios estas comunidades não sabem sobre o debate de segurança alimentar e nutricional, não sabem dos seus direitos, no que tange direitos humanos e alimentação adequada e foi percebido a necessidade de ter um espaço institucional para que a discussão fosse feita. Diz ter tido um exemplo no Ministério da Saúde que tem um grupo de trabalho que discute a saúde da população negra e este grupo fez um seminário que mostrou através de pesquisas que a discriminação afeta diretamente o atendimento da saúde da população negra. O Ministro assumiu publicamente dentro do Ministério da Saúde. Disse ter sido uma revolução e ninguém quer assumir essa situação de saúde de discriminação. Diz que houve moção de repúdio dentro do Ministério da Saúde. Diz que houve depoimento no seminário com tange a isso e que se pensou discutir que poderia ter uma secretaria de SAN das populações negras. Coloca que se não fosse a SEPIR os ministérios não estariam discutindo a questão da promoção da igualdade racial, ainda que com críticas, não tenha orçamento adequado, não tem trabalho de articulação por falta de pessoal. Diz que toda discussão sobre promoção de igualdade racial existe por conta da SEPIR e eles propuseram que fosse guiada uma secretaria para ter também os nossos sistemas de segurança alimentar e nutricional. Um espaço para discutir a segurança das populações negras. Completa que baseado em pesquisas foi apresentada a insegurança alimentar das populações



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

negras, lançadas pelo IBGE agora em 2006. O Presidente do CONSEA Francisco Menezes toma a palavra dizendo que se deve respeitar a proposta por ter vindo do seminário e deve ser apresentada. Mas em contra posição coloca ser a favor da criação de uma sub secretaria de segurança alimentar e nutricional no âmbito da SEZAN ou no âmbito da SEPIR. Coloca ainda que criar uma secretaria de governo específica para segurança alimentar e nutricional das populações negras é levar a uma multiplicação e a uma dispersão de forças. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e pede um esclarecimento dizendo ter entendido que a proposta é para estados e municípios não é federal. Propõe que o texto seja: Criarmos nos estados e municípios, organismos especificamente voltados para segurança alimentar das populações negras. Conclui que é para não causar confusão. Continua. Um criar nos estados e municípios organismos especificamente voltados para a SAN das populações negras. Dois reconhecer os saberes. Pergunta se há objeções no dois. O Conselheiro Edmar Gadelha diz que a observação é a seguinte: a conferência nacional pode indicar isso para os estados e municípios, mais não pode indicar que vai criar despesa para estado e município, isso é uma parte da União. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra e pergunta: Estimular a criação resolve? O Conselheiro Edmar concorda. E Orienta a Priscila a fazer a correção. Continua e pergunta no dois alguma dificuldade? A Conselheira Dulce Terezinha de Oliveira relata que gostaria de propor que acrescentasse os saberes negros e indígenas na primeira linha porque serviria para as duas populações. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra pergunta se tem alguma objeção e aprova a alteração passando imediatamente para o três e é aprovado. Continua. Quatro a gastronomia. É aceita a alteração proposta feita pela Conselheira Dulce e pede para que mande para comissão. O Conselheiro Flavio Valente acha que deve ter um lugar onde se propõe a capacitação continuada dos gestores e servidores públicos do tratamento da questão da segurança alimentar a partir da ótica dos direitos humanos. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra e diz já estar documentado e pede para o Conselheiro Flávio verifique e diz não saber como ficou mas que capacitação continuada está lá. Disse que irá olhar daqui a pouco novamente. Se dirigir ao Presidente do CONSEA e dia ter terminado que está tudo aprovado faltando apenas a comissão e prazo. Toma a palavra um Conselheiro não identificado dizendo que pela manhã havia sido dito que na parte da tarde se teria a discussão do eixo três e se ateria melhor a questão das representações, aos critérios de representações e entende que estas propostas não foram contempladas. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra e diz ter acrescentado indígena e entidades que participaram de outros conselhos de controle social. O Conselheiro sem identificação pergunta: se é este o entendimento do plenário que já está vencido? O Presidente do CONSEA, Francisco Menezes toma a palavra e esclarece que o Conselheiro Renato Maluf não estava na parte da manhã portanto desconhece a discussão.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Disse ter tempo. Toma a palavra Albaneide Peixinho dizendo que não colocou nada na proposta do Renato de acréscimo a modificação. O Presidente do CONSEA toma a palavra pede para que seja apresentada a proposta para dar continuidade e registrar. Se dirige ao Conselheiro Renato Maluf e diz que será apresentada proposta quanto a composição. Se mostra preocupado por se tem de aprovar três exposição de motivos. A Conselheira Albaneide Peixinho toma a palavra e coloca que um dos pontos que foi recorrente em várias falas foi a questão de representação de individuo ou de entidades. Este foi um ponto polêmico. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que o Conselheiro Omar defendia a proposta de que a composição fosse somente de entidades e indicando os seus conselheiros. Tem outra visão dentro do plenário que foi manifestado por diversos que junto com indicações de entidades, fóruns, redes que possamos chamar, houvesse também o espaço assim como está colocado na proposta, que se não me engano sugere cinco vagas para conselheiros enquanto pessoas de notório saber sobre o tema que seria guardado para essa categoria, a questão é se ficamos somente com representantes de instituições ou se além de representantes nas instituições, mantemos o que é hoje um misto que a briga pessoas físicas reconhecidas em sua contribuição sobre a segurança alimentar. O Conselheiro Renato Maluf coloca se o tema não é para posto no documento para ser discutido e tem a aprovação do Presidente do CONSEA. O Conselheiro Aloísio Melo toma a palavra e diz que retomando o debate da manhã há várias manifestações foram no sentido de que as representações sejam das instituições, das entidades, das organizações e não nomeação de pessoas especificamente. Isso vai constar no decreto dessa forma. O que ficou pendente e tem algum impacto é um questionamento do Conselheiro Omar. Diz não lembrar se houve outra manifestação se manteria os especialistas como conselheiros ou se passariam a ser observadores. Houveram várias manifestações para que se manterem como conselheiros. A única alteração é: caso valha a proposta retirá-los como conselheiros. Sairia como documento aqui dessa lista e mantêm do jeito que está e também como está no documento. Como especialistas. O conselheiro Renato Maluf toma a palavra e diz não ser bem de indivíduos ou entidades era sobre este ponto especificamente. O Conselheiro Aloísio Melo retoma a palavra e coloca que houveram várias manifestações em todos os sentidos de que as representações seriam de instituições, a única ressalva feita é especialista. O Conselheiro Renato Maluf toma a palavra e pergunta se foi aprovado isso e o presidente do CONSEA responde que entra no decreto e no documento. No decreto entra uma referência a composição que poderá ser de pessoas físicas ou poderá ser de representantes de entidades e no não está sendo mostrado ainda. O Conselheiro Renato Maluf retoma a palavra e coloca que é o representante da entidade, o Presidente do CONSEA concorda e o conselheiro coloca quem é nomeado é a pessoa e não a entidade. O



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Presidente Francisco Menezes define a entidade nomeia a pessoa e esta é nomeada. O Conselheiro Adriano Santos toma a palavra e diz que no âmbito do documento base é importante nos atermos. Estamos propondo a plenária da conferência, as conferências estaduais e a conferência nacional que discuta e defina quais os segmentos que devem estar representados no conselho. No âmbito do documento base é importante fazer uma indicação. Reforma agrária e agricultura familiar. Não se está falando quais são as organizações que é a FETAFI, a CONTAG ao a VIA CAMPESINI. Não está se dizendo isso e nem a conferência vai dizer. A conferência vai dizer que este segmento tem de estar representado na conferência e há um limite de número de representantes do CONSEA. O Presidente Francisco Menezes intervém e diz especialistas ou pesquisadores, o conselheiro continua dizendo que existe uma série deles que não dá para pedir todos para as ONGs, redes sociais, os CONSEAs estaduais, municipais, profissionais que atuam na área de SAN façam uma grande assembléia e indiquem seus representantes. A representação no CONSEA É DIFERENTE DA REPRESENTAÇÃO DO Conselho de Saúde, do Conselho de Assistência Social é de outra natureza. Pela natureza diversa do sistema de segurança alimentar e aberto intersetorial que envolve um leque de setores da sociedade é muito amplo. Quando se pensa numa forma de indicação, isso tem de se levado em conta. Quando se diz que as centrais sindicais tem de estar representadas não se quer que elas façam uma assembléia e indiquem. Se quer o segmento das centrais sindicais e dentro dele pessoas que atuam com segurança alimentar e nutricional e tem conhecimento na área. Acha que a natureza da representação do CONSEA é diferente dos outros conselhos a forma de indicação dos outros não servem de modelo para o CONSEA . Não é representação de classe a idéia da proposta é representação de especialistas que atuam nos vários campos da segurança alimentar e nutricional e tem uma contribuição pertinente para o conselho. Diz ser importante estar atento para o que está no texto para ver se o que está previsto no decreto não avança o sinal. São formas diferenciadas e não estão construídas ainda para cada um desses setores estarem representados com qualidade e conhecimento e atuação na área de SAN dentro do CONSEA. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e propõe que antes de passar a palavra a Conselheira Albaneide irá conseguir uma proposta em comum. Vendo a regulamentação do CONSEA, o decreto de regulamentação não expressamos essa questão que abre margem a uma forma ou outra e assim se deixa o processo para conferência definir. Diz que não fará referência a representações de entidades nem se quer a especialista e pesquisadores como componentes do CONSEA. Está colocado em geral para ser definido em um processo da conferência. Pergunta se estão de acordo. Não há acordo. Passa a palavra para Conselheira Albaneide Peixinho diz que concorda com o Presidente, porém se voltar a discussão discorda



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

completamente do Conselheiro Adriano e quer propor outra alternativa e aí serão duas para pleitear, para o texto. A Conselheira Elza Maria Franco Braga toma a palavra e diz discordar da proposta do Conselheiro Adriano. Diz haver um segmento e o mesmo é abstrato. O segmento se concretiza através das entidades. A proposta do Conselheiro Adriano deixa em aberto para escolher pessoas cita exemplos: eu porque sou professora universitária, fulano porque é da CUT, diz ter que remeter para o espírito da representatividade, entende ser fundamental. As entidades que estarão nas conferências vão saber que tem o segmento agrário de agricultura familiar, o MST vai estar, Via Campesini, CONTAG e eles vão criar um consenso em cima dessa representação. Diz que assim concede. Cita o exemplo da comunidade solidária, que tinha o representante dos artistas, representantes da universidade e aí a primeira dama escolhia quem ela queria. Diz acontecer muito com os conselhos atualmente. Diz que o CONSEA Ceará tem um representante da Sociedade Civil que não representa a Sociedade Civil. Diz que o Conselheiro Adriano tem razão quando diz que tem ser uma pessoa que tenha uma vivência, um acúmulo de conhecimento, uma militância dentro da segurança alimentar e nutricional. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e coloca que havia um consenso em não explicitar em relação ao decreto. No documento se tem uma proposta que altera é a forma como está colocada. A Conselheira Elza Maria Franco responde que tem. O Presidente então continua pedindo que envie para que possa entrar no documento. Pede para se articular uma proposta. E passa a palavra ao Conselheiro Pastor Silas Vieira que diz estar de acordo com a proposta da Conselheira Elza e Albaneide, continua dizendo que se deve incluir ali uma questão de expressiva representatividade para garantir a questão da natureza democrática do CONSEA e a escolha de pessoa fere essa natureza. Especialistas eles têm o campo deles e tem de ser convidados. São consultores para debate em temas específicos. Diz seguir a garantia da representatividade porque garante a questão da democratização do processo de composição do CONSEA. O presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que o que está sendo colocado vai na proposta da Conselheira Albaneide e tem como resposta: Sim. Comunica que tem cinco exposições para aprovar, tem a programação da conferência e é lembrado pelo Conselheiro Aloísio a questão do prazo e designação da comissão. Coloca em primeiro lugar o prazo, porque já determina quem pode ajudar na comissão. Propõe três dias de prazo para a comissão. Trabalhar os dois primeiros dias da próxima semana. Coloca que a comissão ganha cinco dias para trabalhar. A comissão relatora. Volta a trás e propõe quatro dias porque os Conselheiros Renato Maluf e Adriano já participaram de uma parte da elaboração da proposta então acha que devem ser mantidos. Manteria também as Conselheiras Priscila e Marília para dar a redação final. O Conselheiro Padre Martinho pode entrar e já viraram três. A Conselheira Laura posteriormente fará outra revisão. A



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselheira Ana Lucia intervém dizendo que queria incluir nesse acerto final a Conselheira Roseane da CP2 e o Presidente do CONSEA concorda e continua dizendo que a secretaria do CONSEA vai comunicar esses encontros e a forma de trabalhar o documento. E passa a palavra para o Conselheiro Adriano dos Santos para fazer a apresentação da programação com a recomendação de cuidado na apresentação. O Conselheiro coloca para o pessoal que estava ontem já se fez uma apresentação, como tem pessoas não estavam ontem poderia ser feita uma rápida apresentação. Em primeiro lugar é importante notar que se pensou a terceira conferência priorizando o debate em grupo e votação de preposições, Isso é o centro da programação. Não está calcada em grandes palestras em autoridades falando do que pensam sobre as coisas mais é a apresentação do documento discussão em grupo, votação e outra decisão assim estrutural importante é ter dividido o trabalho de grupo e as votações em dois blocos diferenciado. O primeiro bloco é para o desenvolvimento e as prioridades da política, vai ter trabalho em grupo e uma plenária só para isso e um trabalho de grupo e uma plenária específicas para votar as preposições do sistema, porque muitas das decisões, inclusive essa forma de indicação dos segmentos representados, se elas estiverem todas numa planária só que é discutir muito pouco da política que do desenvolvimento e vai ficar só na questão da composição do CONSEA, a idéia de separar em dois é exatamente para poder possibilitar que a discussão de diretrizes para o desenvolvimento. Pergunta quem recebeu na pasta a programação e continua O primeiro dia temos pela parte da manhã, o credenciamento dos participantes, a tarde a apresentação dos estados e a aprovação do regimento, isto leva um tempo e a idéia é que as conferências estaduais possam ter construído a partir de um diagnóstico sobre a insegurança alimentar no estado, um mapa, cada estado vai receber um pedaço do mapa recortado em tamanho bastante grande e vai para poder colocar lá a partir da segunda página, isso vai ser feito logo no início. Geração em relação a insegurança alimentar e nutricional, para abertura pensamos em uma fala do Presidente do CONSEA, mais centrada no balanço e desafios da conferência do conselho e as autoridades, prefeituras de Fortaleza, o governador do Ceará, diretor geral da FAU, MDS e Presidente da República. Continua. No dia 23 de maio, temos um painel com debatedores que o tema é soberania e segurança alimentar nas estratégias de desenvolvimento, alguém que apresenta o conteúdo do documento, apresenta uma síntese do que veio dos estados, das proposições para o desenvolvimento do país e a idéia é que tenhamos debatedores aqui muito possivelmente, representante de outros países ou que representem visões diferenciadas sobre soberania e segurança alimentar e nutricional no desenvolvimento, esse ocupa uma parte maior da manhã temos ao final da manhã, uma apresentação que é uma apresentação sem debate, apresentar o conteúdo, rapidamente o que está no documento base é uma síntese do que veio de contribuições do



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

estado, o espírito aqui é que antes de ir pra o trabalho de grupo tenham um conhecimento necessário para fazer as discussões. A tarde temos um trabalho de grupo. Isso é a segunda política de segurança alimentar e nutricional, a primeira parte da manhã tem um debate e depois a apresentação, que é o documento que veio dos estados, a tarde, trabalhamos em grupos e a idéia então é que tenhamos em média trinta grupos, vai dar entorno de umas sessenta pessoas, cinquenta e poucas pessoas por grupo e a idéia é que possamos dividir os grupos por objetivos e integradores, conforme está no documento, então a redação já mudou, já ampliou talvez não sejam cinco, sejam seis, mais enfim a idéia é que os grupos divididos em função desses objetivos, na primeira parte do trabalho do grupo, eles vão debater as propostas feitas para um desenvolvimento do país, que esperamos que não seja um elenco imenso de propostas, mais proposições diretrizes para o desenvolvimento do país, a segunda parte do trabalho em grupo, eles se dedicam as proposições feitas para o objetivo integrador, isso vamos ter a tarde inteira para os grupos debaterem as propostas, a noite, os relatores se reunirão e a idéia é que tenhamos uma sistematização que vem dos grupos. A idéia é que siga exatamente o que tiver no documento base. O Presidente do CONSEA, intervém dizendo ao conselheiro que apresente tudo porque assim grande parte das dúvidas irão desaparecer. Complementando o Conselheiro Adriano dos Santos, retoma sua fala dizendo, a estrutura aqui, a divisão é conforme os grandes objetivos, onde vão estar as propostas que mandamos para os estado e os estados nos mandaram, a noite os grupos se reúnem e sistematizam as propostas de forma que, se cinco grupos discutiram proposições para um objetivo, aqueles cinco se transformam em uma única apresentação para a plenária, quando chega no outro dia de manhã, vão ser feitas cinco ou seis apresentações conforme o número de eixos temáticos e temos a manhã inteira para o debate e aprovação em plenário das proposições, para soberania e segurança alimentar nas estratégias de desenvolvimento e de prioridades para política, a tarde temos uma apresentação também breve em plenário, sobre a instituição do sistema nacional de SAN, do SIZAN, depois a apresentação do conteúdo base, apresentação breve, apresentação da síntese do que veio dos estados e aqui também dividimos em trinta grupos, mais a idéia é que não seja mais grupos temáticos, a idéia é você ter grupos de 1/3 de poder público, 2/3 da sociedade civil, regionalmente misturados para que cada grupo tenha em si um pouco da diversidade, então você tem quase toda tarde, a apresentação não deve durar mais de quarenta minutos no início e quarenta minutos e toda tarde discutindo isso até o final, a noite os relatores se reúnem e sistematizam essas apresentações, de forma que no outro dia pela manhã, nós temos, uma única apresentação, onde já estão sistematizadas as propostas, mapeadas as divergências, apresentada de uma forma já sistematizada para a plenária e toda a manhã para apresentação, debate e votação e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

a tarde o espaço para votação de moções e para declaração final do encontro o encerramento e assim como pedimos aos estados que fizessem um mapa, compusessem de forma gráfica a situação de insegurança, agente encerra o encontro construindo o mapa das iniciativas que constroem a segurança alimentar e nutricional nos estados, no espaço da noite, temos aqui duas propostas, enquanto as sistematizadoras e os sistematizadores estão lá ralando, na noite do dia 23, estamos propondo um espaço para apresentação de oficinas, porque o conjunto de participantes vai ter uma noite livre, teríamos muito provavelmente vinte oficinas, que veríamos daqui até lá quais seriam e como seriam essas oficinas e na noite do dia 24, o espaço para a programação cultural, seja uma noite dedicada a programação cultural lá no local e também a noite livre e necessária sempre para quem quer sair, em linhas gerais é essa a proposta. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e pede aos presentes que não trabalhasse comentários e sim propostas ou esclarecimentos. Em seguida passa a palavra para Conselheira Elza Marai Franco que propõe que sejam colocados nesse roteiro de discussão dos objetivos integradores a questão da discussão proposta de desenvolvimento com destaque. A outra questão colocada em relação ao segundo trabalho de grupo o Conselheiro Adriano esclareceu e a Conselheira ratifica a sua proposta de destaque para questão do desenvolvimento. Coloca ainda com relação a uma proposta colocada pelo Conselheiro Arimatéia sobre a questão do controle da questão social disse que o seu grupo sentiu uma certa debilidade no documento. Disse ter sentido na Câmara Temática um e dois, não sabe se na hora foi apresentado algum texto sobre esta questão do controle social, foi destacada porque entende que na discussão do sistema é fundamental. A Conselheira Ana Lucia toma a palavra diz que o interesse dentro das oficinas tem uma oficina para discuti a política para segurança alimentar nacional das populações negras. O Conselheiro Adriano Santos diz ser esta uma excelente oficina e a Conselheira Rosane toma a palavra indagando se há uma destinação de um período ou espaço específico para que se dê a discussão das indicações a não ser que a característica desses conselheiros seja bem diferenciada dos demais que convivemos. Coloca se não houver um espaço específico a conferência era uma baixa participação. O Presidente do CONSEA intervém dizendo que tem um momento no terceiro dia, na parte da manhã. A Conselheira Rosane coloca que ou dedica ou não tem conferência. Há uma dispersão geral para os agrupamentos irem paralelos a conferência. O Presidente do CONSEA diz estarem bem alertas sobre isso. Toma a palavra o Conselheiro Ariano dos Santos que coloca que dentro do documento base e conta da base relativa a instituição do sistema o pessoal terá uma tarde inteira para discutir em grupo e tem uma manhã inteira de plenária para discutir o que as conferências estaduais debateram, o que foi discutido nos grupos e aprovar, então temos na verdade é um dia inteiro, uma tarde inteira,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

uma manhã inteira para isso. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz que a discussão é sobre critérios e não nomes. A Conselheira Alabaneide Peixinho diz que esta é a sua dúvida. Estava vendo que se espalha o pessoal em cinco grupos vamos discutir não só na garantia o processo universal de alimentação adequada e saudável, basicamente não sei se vai ter uma oficina específica sobre alimentação escolar, se vai estar aqui, vai estar na oficina das populações negras, vai estar em tudo que é lugar e daí discutimos o sistema e o nosso sistema faz as apresentações. O Conselheiro Adriano dos Santos toma a palavra e coloca não a política, ela tem o dia inteiro, uma tarde em grupo, uma manhã em grupo, a política e as estratégias de desenvolvimento, uma tarde inteira de discussão em grupo, uma manhã inteira de plenário para a votação, a instituição do sistema que é o lugar do documento base, onde entram as propostas. E a Conselheira Albaneide Peixinho pergunta: são trinta grupos? O Conselheiro Adriano dos Santos Martins retoma a palavra e diz exatamente, trinta grupos diferenciados vão discutir isso, os relatores vão sistematizar as propostas que vem sobre o grupo e parte central dessa discussão do sistema é a composição do CONSEA, critério de ligação, forma de ligação, trinta grupos vão trabalhar sobre isso, os trinta grupos vão rever o que está escrito no documento base, o que veio das estaduais e se tem uma manhã inteira de plenária para debate. A preocupação de colocar políticas estratégicas numa plenária própria foi exatamente para o pessoal saber que tem uma tarde inteira em grupo para debater isso e uma manhã inteira para votarmos. A Conselheira Albaneide Peixinho, toma a palavra pergunta: Qual vai ser o critério para ir para a conferência? Que ainda estou com dúvida mesmo, da participação da conferência, vão as entidades que tem dinheiro, vai da sociedade civil. O Conselheiro Adriano dos Santos com a palavra responde, são delegados eleitos nas conferências estaduais e os representantes da sociedade civil vão ser custeados pelo governo federal, passagem, hospedagem e alimentação, representantes do poder público, vão ter que pagar a passagem. A Conselheira Albaneide Peixinho toma a palavra e diz te entendido e que nessa discussão sai o delegado do estado e o Conselheiro Adriano complementa que já foi discutido na conferência estadual a palavra retorna a Conselheira que exemplifica. Votar num segmento X e está proposto O Conselheiro Adriano dos Santos coloca que não, eles vão receber uma proposta conforme está no documento base que diz: "O conselho nacional de segurança alimentar deve composição dele deve contemplar os seguintes segmentos: representação religiosa, reforma agrária e meio ambiente, reforma agrária, em fim aquele conjunto que está lá" o pessoal vai discutir isso na sua conferência estadual e vai dizer, falta esse, falta esse, falta aquele, inclui esse está demais, esse está sobrando. A Conselheira Albaneide Peixinho, diz que o Conselheiro está propondo uma questão que vai na linha da sua defesa que ele tinha feito antes e na redação que pelo que entendeu vai ser feita por ela,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Elza e o Omar se propôs a escrever, se vai também estabelecer os critérios para a escolha, estou entendendo que o único momento em que essas entidades vão conseguir se reunir para poder indicar o nome, se não for na conferência. O Conselheiro Adriano dos Santos responde, não isso não vai acontecer, isso não acontece na conferência. Os critérios, estão no texto base, quais são os critérios, preferencialmente quem participa de CONSEA estadual e municipal, que respeite equilíbrio de gênero racial. A Conselheira Albaneide Peixinho retoma a palavra e relata que então não se corre o risco de cada grupinho e o pessoal cada grupinho de cada segmento se reunir e saírem de lá indicando. A Conselheira Albaneide Peixinho continua e pergunta em que momento eles vão se reunir? Para poder indicar depois? Toma a palavra o Presidente Francisco Menezes dizendo, que eles encontrem esse momento, mais não vai ser na conferência. O Conselheiro Adriano dos Santos toma a palavra e ratifica as palavras do presidente e acrescenta que nem a conferência vai dizer que essa entidade ou aquela, isso não sai da conferência, sai segmentos que devem compor e critérios para escolher os conselheiros, isso pede inclusive no texto está até muito bem explicado para as conferências. A Conselheira Albaneide Peixinho, toma a palavra e diz que a sua dúvida era essa, o medo de todo mundo debandar. O Conselheiro Roberto Vizentin toma a palavra e ressalta que a Lei para deliberar tanto um bloco quanto o outro, uma manhã toda, você tem uma manhã que começa as nove, nove e meia, por mais que se tenha uma mesa absolutamente, é tapar o sol com a peneira, vai comprometer parcialmente a atividade da tarde, e não sei como vocês imaginaram que pudesse conduzir uma plenária com a densidade de proposições que vai ter a conferência, de forma total a pauta em uma manhã, acho extraordinário dividir em duas plenárias, ter que passar a noite, clarear o dia deliberando, fazer o debate quando tem que ser feito, mais dimensionar em uma manhã é fora da realidade. O Conselheiro Adriano dos Santos que diz a idéia e de fazer a sistematização é você ter a noite de forma que várias propostas se condensam, a única solução para isso seria aumentar em mais dois dias a conferência e ter a idéia de que alguém agüenta passar um dia inteiro sentado em plenária votando coisas que isso é produtivo. Toma a palavra o Presidente Francisco Menezes que diz, Roberto, entendo sua aflição, mais pergunto se você tem uma proposta de alternativa a isso, o esforço vai ser na sistematização, no número de inscrições para as questões que são polêmicas que tem controvérsia. O Conselheiro Adriano dos Santos retoma a palavra e diz, enviar já para os estados já as propostas de forma que todos os estados discutiram elenco comum, porque todas as estratégias possíveis para garantir isso, já estão usando. O Conselheiro Roberto Vizentin, diz, só poderia fazer o seguinte, a questão de encerramento, que aí vem toda uma questão logística e de administração já se estender mesmo para a noite teria duas plenárias de votação, manhã e tarde, esse encerramento seria no final da tarde ou



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

início da noite, sem prejudicar esse processo, as pessoas tem que sair correndo para o aeroporto a previsão já é de volta a noite ou de madrugada ou no dia seguinte, para que ninguém saia sem ter terminado, quer discutir, quer votar mais tem que sair porque está na hora do vôo. Com a palavra o Presidente Francisco Menezes diz, deixa ver uma questão para vocês, a estrutura acho que há acordo sobre ela, existe essa preocupação do melhor funcionamento dos tempos, a subcomissão de metodologia, ela ainda pode se debruçar mais e buscar encontrar melhores formas sabendo que não existe solução ótima para esse tipo de coisa em conferência, o que precisávamos hoje definir é se com base nessa estrutura quando apresenta os painéis, quando apresenta os três seguimentos, o trabalho de grupos e as plenárias, se há acordo sobre isso, acho que podemos dar como, a subcomissão, ela ainda dorme menos do que vocês preocupada com o funcionamento, é uma proposta. A Conselheira Christiane Gasparini toma a palavra, e coloca estar achando que essa programação de oficinas a noite, o pessoal vai querer sair a noite, tem receio que se gaste muito tempo para organizar atividade a noite tudo e que seja muito esvaziado, Fortaleza a noite, as pessoas vão querer sair. O Presidente Francisco Menezes toma a palavra e diz, que tentará responder pelo o Adriano, e que já está na hora de acabar com a plenária. Cris, a questão é o seguinte, são dois mil delegados, alguns tem daqui inclusive, expressado muito interesse que possam aparecer experiências, coisas de diferentes tipos, vamos ter, espaço para os que vão sair e vão passear e vamos ter gente para estar nas oficinas. O Presidente aprova. E se dirige a Conselheira Christiane Gasparini, que ela pode uma boa contribuição, resolver a data da próxima plenária e depois vamos nas exposições motivos. A Conselheira Christiane Gasparini toma a palavra dizendo, um grupo de pessoas, nos juntamos aqui e resolvemos propor que tivessem duas reuniões antes da conferência, uma seria anterior as conferências estaduais e outra depois, a anterior a data que olhei o calendário das conferências estaduais e todas são mais ou menos na segunda quinzena de março, a possibilidade que teria a que antecede as conferências, seria 5 e 6 de março. O presidente Francisco Menezes intervém colocando uma questão, temos poucos conselheiros que quase todos já foram viajar mas observamos que tirar passagens para segunda e terça feira, praticamente dobra ou triplica por causa da segunda feira. A Conselheira Christiane Gasparini toma a palavra e completa, seria seis e sete de março o Presidente Francisco Menezes concorda e diz vamos fazer uma experiência 6 e 7 de março, verificamos adequação disso para os conselheiros e verificamos se para o próximo ano de 2007, podemos trabalhar assim, terça e quarta, 6 e 7 de março. A Conselheira Christiane Gasparini intervém e complementa, seis e sete de março é a data depois das conferências estaduais que encontramos foi, que a primeira semana de abril é semana santa, então seria assim, 10 e 11 de abril, seria segunda e terça. O Presidente Francisco Menezes, d



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

prioridade para resolver a exposição de motivos para encerrar a reunião e resolver a data da segunda plenária mais a frente e continua dizendo que há uma recomendação apreciada na câmara temática que recomenda a formalização do nono termo aditivo ao termo de parceria firmado entre o MDS e a associação do programa um milhão de cisternas nos municípios dos semi-áridos brasileiros. Aprovado. Segundo é a recomendação da câmara temática um. O presidente lê o documento e ao final é aprovado. Outra recomendação, recomenda a manutenção da atual composição da CTN BIO, sem modificação das normas de funcionamento já instituídas, como preocupação esse conselho vem acompanhando as notícias divulgadas por meio de alguns veículos de comunicação nas duas últimas semanas referente a proposta de mudança de composição e do quorum de deliberação da CTN BIO, reafirma-se a necessidade de seguir todo o rigor técnico para permitir a devida avaliação dos organismos geneticamente modificáveis, na saúde humana, no meio ambiente e na agricultura, assegurando o princípio da precaução consolidados internacionalmente e defendido pelo Brasil no âmbito da convenção sobre diversidade biológica, assegurar essas mudanças representam apenas o interesse em acelerar os procedimentos para viabilizar a rápida liberação de organismo geneticamente modificados, em especial para a cultura do milho em transgênico e da próxima safra, atendendo aos interesses das grandes corporações e internacionais da biotecnologia e que representam uma afronta de soberania e segurança alimentar e nutricional, Senhor Presidente, solicita-se a manutenção dos representantes dos ministérios do meio ambiente, do desenvolvimento agrário e da secretaria especial de pesca e agricultura a CTNBIO, Diz ter alguns problemas de redação que será revisto depois e aprova. Última, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados ou então do Senado Federal que será enviado para os dois, o Consea, fala o que é o Consea, inicia o ofício, o programa bolsa família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidade que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, trata-se por tanto um benefício social que não se confunde com uma ação trabalhista ou ocupação, Consea considera que esse programa é uma das ações centrais do governo federal, voltadas a assegurar o direito humano a uma alimentação adequada e a promoção da segurança alimentar e nutricional, tendemos a demais, o programa tem caráter educativo e de sustentabilidade alimentar prevendo também as alternativas de trabalho e emprego para os beneficiários visando superar a sua condição de pobreza, cabe ao governo federal bem como a Câmara e ao Senado Federal, construir essas alternativas para que a famílias tenham acesso a renda por meio de trabalho e acesso a outras políticas de trabalho, dessa forma manifestamos nossa discordância como projeto de lei do Senado nº 262-2006 que prevê a concessão de 13ª parcela de benefício do programa bolsa família, uma vez que esse desvirtua as finalidades do programa, na verdade o referido projeto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

contraria os princípios e diretrizes para a promoção da segurança alimentar e nutricional constante da lei da LOSAN de 15 de setembro aprovado por unanimidade de todas as instâncias nas duas casas legislativas, relativo ao 13º salário, ao 13º benefício do bolsa família. Aprovado. O Presidente Francisco Menezes, que revela que a comissão executiva da conferência está apontando nessa direção, podemos dar a nossa concordância em plenário em relação a isso, encerrando companheiras e companheiros, primeiro quero registrar justamente nesse mês se celebrou sessenta anos de geografia da Fome, que tem o Josué de Castro, o Consea tem o Josué de Castro como nosso patrono, esse registro é importante, inclusive fazendo chegar não só a família do Josué de Castro, como também ao próprio centro Josué de Castro, promoveu uma série de homenagens por essa oportunidade fazendo chegar a manifestação do Consea em relação a esta data, quero também dizer, essa é a nossa última plenária do ano, mais uma vez agradecer a todos aqueles que participaram na condição de conselheiros, observadores, como convidados que visitaram, acho que todos nós estamos de parabéns pelo trabalho realizado esse ano, tivemos momentos de grandes conquistas que nos estimula muito para o próximo ano, para aqueles que não vamos nos encontrar, desejar ótimas festas de fim de ano, obrigado vocês.

Brasília, 28 de novembro de 2006.

Francisco Menezes
Presidente

Patrus Ananias
Secretário